

O RIO E OS TEMPOS
REFLEXÕES SOBRE A COLONIZAÇÃO E AS QUESTÕES AMBIENTAIS DO
VALE DO MADEIRA ENTRE OS SÉCULOS XVII E XXI.
The RIO AND THE TIMES
REFLECTIONS ON THE COLONIZAÇÃO AND ENVIRONMENTAL ISSUES OF
THE VALLEY OF WOOD AND BETWEEN CENTURIES XVII XXI.

Marco Antônio Domingues Teixeira¹

*Deste rio afirmam os que o descobriram que seus campos
parecem paraísos e suas ilhas jardins e que se a arte ajudar a
fecundidade do solo serão paraísos e jardins bem tratados.*
(Padre Alonso Rojas;1638)

RESUMO: O objetivo deste estudo é o de fomentar uma reflexão sobre as relações dos homens com o mundo natural no meio amazônico, mais exatamente, a partir do rio Madeira e das sociedades que se fixaram em suas margens. Procuramos estabelecer uma visão de amplo espectro sobre as relações entre as populações colonizadoras das margens do rio Madeira e a relação estabelecida entre os homens e o rio em todos os processos históricos desencadeados pelos povos e sociedades que ocuparam as margens desse rio. O trabalho procurou apresentar as mudanças e permanências sofridas pelo rio a partir das diversas ocupações humanas em suas margens, em função da diversidade das explorações dos recursos naturais e dos modelos econômicos a ele vinculados. O rio Madeira é, de forma inequívoca, o elemento mais constante e importante em todos os processos e projetos de ocupação, colonização e exploração da região.

PALAVRAS-CHAVE: Rio Madeira, Colonizações, História Ambiental, Desenvolvimento, Sustentabilidade.

ABSTRACT: The purpose of this study is to encourage a reflection on the relations of men with the natural world in the Amazon, more exactly, from the river Madeira and the companies who settled on its banks. We seek to establish a broad spectrum of view on relations between the people of colonizing the river Madeira and the relationship between men and the river in all historical processes triggered by the people and companies that occupied the margins of the river. The study aimed to make changes and stay on the river suffered from various human activities in its margins, according to the diversity of holdings of natural resources and economic models tied to it. The Wood River is, unequivocally, the most constant and important in all processes and projects of occupation, colonization and exploitation of the region.

KEY WORDS: Rio Madeira, Colonizações, Environmental History, Development and Sustainability.

¹ Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia/UNIR. Mestre em História pela UFPE e Doutor em Ciências Socioambientais pela UFPA/NAEA.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é uma proposta de reflexão sobre as relações históricas e socioambientais que marcaram a formação das sociedades das margens do rio Madeira. O texto foi preparado em função do Seminário comemorativo do centenário de Porto Velho, promovido em outubro de 2007 pela Fundação Cultural Iaripuna. As questões referentes à história ambiental ou história ecológica são recentes, se abordarmos o problema a partir do ponto de vista teórico e metodológico. Só muito recentemente, e mais exatamente, com um considerável atraso em relação a outras ciências sociais e humanas, é que a história passou a se preocupar com as questões pertinentes ao mundo natural. Esta situação se explica pela própria questão conceitual de que o objeto de estudo fundamental da história é o homem e sua produção como indivíduo e como sociedade através dos tempos. Entretanto, as preocupações com as relações socioambientais sempre permearam os estudos de historiadores, apresentando-se como um elemento constantes em todas as fontes documentais e um tema recorrente em diversos estudos. O que sempre ocorreu foi que abordagens reducionistas limitaram, em grande parte, o campo de percepção dos estudiosos.

Mesmo assim, podemos observar que a vinculação de estudos sobre as relações entre o homem, as sociedades e o mundo natural estiveram presentes sob as mais diversas nomenclaturas. Faltava ao historiador as ferramentas capazes de traduzir os conteúdos ambientais presentes nas fontes documentais. A nova proposta de estudos, pesquisas e conhecimentos exigiu uma revisão e uma reformulação no arcabouço intelectual ao expor a necessidade de um diálogo mais próximo com as ciências e seus ramos diversos, com as quais o historiador sempre teve pouca familiaridade. Dentre essas ciências, encontramos a Biologia, a Ecologia, Epidemiologia, Zoologia, Botânica, Geologia e outras. A multidisciplinaridade passou a ser uma ferramenta indispensável á compreensão desse novo ramo do saber e do fazer histórico. Conforme escreve Francisco Carlos Teixeira da Silva:

Embora aparente ser uma disciplina nova, com uma densidade teórica ainda frágil e poucos exemplos práticos, a história das paisagens é um campo antigo - mais antigo ao menos do que a história social ou a história demográfica – com uma tradição assentada em trabalhos de fôlego. Mesmo antes da maré montante das preocupações ecológicas, de sua politização e idealização, estudiosos alemães, franceses e ingleses - desde o início do século e, especialmente na década de 1930 – produziram obras que delimitaram, entre a geografia ou histórica e a história agrária, um campo novo.²

O novo campo de inquietações teóricas e metodológicas passou a refletir sobre as alterações nas formas de percepção das paisagens físicas ou naturais e as paisagens culturais, que a partir dessa nova maneira de pensar a História, busca entender a natureza como um produto de atividades humanas. Assim, explica Carlos Teixeira, pretende-se superar a visão tradicional das ciências humanas de considerar as forças naturais como agentes externos ao processo histórico (1997, 204). As relações entre o homem e o mundo natural constituem-se no universo de estudos da ecologia humana e suas origens situam-se no século XIX com Ernst Haeckel que, em 1869, apresenta seu campo de interesses para estudos a partir das relações dos seres vivos entre si e destes com o mundo inorgânico. Foi com Witold Kula que se estabeleceu a divisão entre paisagem natural e cultural. Em seu manual de metodologia da história, Kula considera que a paisagem cultural é aquela que foi transformada pelo homem e que apenas a partir desse processo, ela se torna um objeto de estudos da História. Contudo, o conceito de paisagem natural tem sido largamente questionado por historiadores e outros pesquisadores das ciências humanas. Florestas tidas como intocadas, sempre foram habitadas por nativos de diversas culturas e etnias, que interagiram constantemente com a paisagem envolvente. Nos desertos considerados vazios e adversos, populações de vários tipos residiram, exploraram as riquezas e se aventuraram sob as mais variadas explicações e justificativas. Mesmo nas porções líquidas do planeta, encontraremos sempre a presença humana, mesmo

² Francisco Carlos Teixeira da Silva. História das paisagens. IN: Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas. Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro, Campus, 1997. P. 203.

que de passagem, mas sempre adaptada e interagindo com o meio físico. Então fica a questão: o que seria a paisagem natural?

Longe de se constituir apenas como em um dado biológico ou geográfico, as paisagens e os meios naturais sempre estiveram no âmago da formação social e cultural dos grupos humanos que nelas viveram. A Antropologia percebeu isso mais cedo do que a História e ofereceu uma série de elementos que permitiram aos historiadores suas primeiras incursões sobre esse “novo e desconhecido mundo natural”. Aí as relações com a Geografia Física, os dados demográficos, os conhecimentos sobre o uso e constituição das tecnologias e das culturas, as formas de organização do direito e as estruturas sociais, podem oferecer uma série de elementos capazes de agregar novas possibilidades ao conhecimento das sociedades e de suas formas de viver e interagir com os espaços naturais.

As fontes para esse novo ramo de estudos historiográficos sempre foram abundantes, porém raramente foram questionadas adequadamente. Foi necessário que a humanidade enveredasse nas grandes preocupações ambientais para que os historiadores se debruçassem sobre as questões daquilo que, originariamente, foi chamado de História Agrária ou de História das Paisagens, mas que, recentemente, vem ganhando expressão e densidade como História Ecológica ou Ambiental. Essa nova modalidade de construção da História tem como base o concurso da multidisciplinaridade, pois exige um conhecimento ampliado que levará o historiador para outras áreas capazes de romper com os reducionismos que limitaram grande parte do entendimento relativos aos procedimentos sociais, culturais, econômicos e políticos. Conforme ressalta Keith Thomas:

O predomínio do homem sobre o mundo animal e vegetal foi e é, afinal de contas, uma pré-condição básica da história humana. A forma como ele racionalizou e questionou tal predomínio constitui um tema vasto e

inquietante, que nos últimos anos recebeu bastante atenção por parte de filósofos, teólogos, geógrafos e críticos literários. O assunto tem, igualmente muito a oferecer aos historiadores, pois é impossível desemaranhar o que as pessoas pensavam no passado sobre as plantas e os animais daquilo que elas pensavam sobre si mesmas.³

A história ambiental procura oferecer aos homens do início do século XXI elementos capazes de viabilizar estudos, análises e reflexões sobre as relações históricas do homem com o meio natural, contribuindo para o enriquecimento de um debate que, até há muito pouco tempo, era restrito às Ciências Biológicas e Ambientais. Assim sendo a História uma ciência ocupada em oferecer as sociedades respostas adequadas às questões e angústias de seu tempo, fica clara a importância dos estudos e das teorizações à cerca da História Ambiental. Nesse contexto, devemos nos lembrar que a História da Amazônia é, em essência, uma fonte inesgotável e, ainda, razoavelmente inexplorada, para o trabalho de historiadores ambientalistas. As fontes para este tipo de estudo são, principalmente, os diários de viagem, cartas e relatórios de exploradores, cientistas, religiosos e militares. Para o caso do rio Madeira, as anotações de viajantes, exploradores, diários de sacerdotes, ferroviários, engenheiros e militares se constituem em alguns dos mais notáveis elementos para a obtenção de dados sobre as relações entre o homem e a natureza locais.

O rio Madeira apresenta-se como o elemento natural mais constante em todos os textos, narrativas e imagens que tratam da história local. Embora, em suas margens, a paisagem tenha sofrido uma considerável alteração em função das ações antrópicas, a massa hídrica pouco foi alterada ao longo dos séculos e, somente agora, no início do século XXI, a sociedade nacional prepara um grande projeto hidrelétrico, capaz de alterar, substancialmente, o conjunto da paisagem fluvial e seus arredores.

Até muito recentemente o homem pairava num patamar acima de toda a natureza, como se tivesse sido criado à parte dela (a natureza) e esta fosse inferior e ele (o homem) e destinada apenas a servi-lo e contentá-lo. Somente

³ Keith Thomas. O homem e o mundo natural. São Paulo, Cia das Letras, 2001. P. 19.

entre os humanos poderia existir a dor, a emoção e o sentimento. Foi com o triunfo do Iluminismo que esta situação passou a ser revista. Entretanto, mesmo com o triunfo da cientificidade, do racionalismo, e do laicismo; durante o século XIX e parte do século XX a natureza ocuparia um lugar de sujeição, agora científica, acadêmica e econômica, nas relações entre a humanidade e o mundo natural.

Recentemente, esse quadro sofreu alterações e, para isso, tem auxiliado, em grande parte, um conjunto de ciências próximas à História como a Antropologia e a Geografia e, de forma mais recente, os estudos etno-biológicos. Assim, a partir dos anos 1960- começa a se constituir um novo campo para o saber histórico. A desvalorização do mundo selvagem começou a ser revista, como explica Diegues⁴, e para isso contribuíram os avanços da História Natural e das ciências ligadas à Antropologia e à Geografia, que conseguiam observar dimensões das relações entre o homem e o meio natural que escapavam ao olhar o historiador, preocupado, apenas, com a paisagem cultural. Conforme esclarece Josimar Almeida “os homens vivem em sociedade e organizam-se de diferentes formas para produzir sua subsistência, retirada de uma fonte: a natureza⁵. “

⁴ Antônio Carlos Diegues. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo, Hucitec, 1996. P. 23.

⁵ Josimar Paes de Almeida. A extinção do arco-íris. Ecologia e história. Campinas, Papirus, 1988. P. 13.



O Salto do Teotônio, em gravura de 1868, feita pelos engenheiros Keller.

2 A HISTÓRIA E AS QUESTÕES AMBIENTAIS

Como podemos perceber, até esta altura de nosso estudo, ainda na segunda metade do século XX acreditava-se em um distanciamento entre cultura e natureza. O homem era percebido pela História e seus estudiosos como dissociado das questões referentes ao mundo natural. Esse abismo entre as sociedades ditas civilizadas e, portanto, portadoras e construtoras da História e o meio-ambiente definiu as relações estabelecidas entre o Homem como ser diferenciado e destacado da natureza em contraposição à Natureza e seus recursos, tidos como um universo selváticos e que só poderiam se inserir nos contextos da historicidade a partir de sua inclusão em processo civilizatórios que determinassem formas consideradas “superiores” de percepção do mundo natural. Tal situação ativou um abismo entre paisagem natural e paisagem cultural, esta última seria o objeto de estudo do historiador. O mundo natural, seria, ao longo dos séculos, percebido pelas sociedades históricas, notadamente as sociedades ocidentalizadas, como destituído de história e de civilização. Esta

visão ainda destacava o Homem de sua interrelação com o contexto natural, só serviriam aos estudos históricos as paisagens transformadas pela ação do homem. O trabalho de compreender as maneiras pelas quais o homem interagiu com a natureza no passado, explorando-a política e economicamente, social e culturalmente, só adquiriu relevância em nossos dias, pois as preocupações mundiais voltaram-se para a problemática ambiental e, por outro lado, as idéias e conceitos sobre civilização e de civilizado, foram reformulados e perderam seu caráter eurocêntrico e ocidental, abrindo-se para um melhor entendimento das relações que, em todas as situações, definiram a maneira pelas quais as sociedades humanas utilizaram os recursos naturais e relacionaram-se com as grandes questões ambientais de seus tempos.

As preocupações da História com as questões ambientais são recentes e, muito embora as relações humanas com o mundo natural tenham sido enfocadas pelos estudos históricos sob os mais diversos nomes, rótulos e títulos, foi somente a partir da Nova História que essa preocupação e esse enfoque ganharam dimensões mais evidentes e contornos próprios..

Nos anos 1960 os discursos e práticas ambientalistas e ecológicos tinham um caráter libertário e contestador. Tais ações eram vistas como resultantes de grupos formados por ativistas diversos e panfletários. Entretanto, o movimento ambientalista se institucionalizou e foi assimilado por autoridades, intelectuais e dirigentes de diversos países. Das primeiras expressões das militâncias ambientalistas, nos anos 1960 até o período atual (ano de 2008), os mais diversos ramos do saber acadêmico e científico se debruçaram sobre as questões ambientais.

Os historiadores não ficaram imunes às novas preocupações e as questões ambientais e ecológicas passaram a constituírem-se em um ramo novo dos estudos históricos. Essa preocupação com as relações socioambientais evidencia como a produção dos conhecimentos historiográficos se faz em sintonia com o presente. Lembrando o diálogo de dois grande historiadores do século XX: Henri

Pirenne disse a Marc Bloch: “Se eu fosse antiquário, só teria olhos para coisas velhas. Mas sou um historiador. É por isso que amo a vida”.

Bloch completou:

Essa faculdade de apreensão do que é vivo, eis justamente, com efeito, a qualidade mestra do historiador (...). Além de tudo a educação da sensibilidade histórica nem sempre está sozinha em questão. Ocorre, em uma linha dada o conhecimento do presente, ser diretamente ainda mais importante para a compreensão do passado⁶.

Assim, ao debruçar-se sobre a temática ambiental e ecológica, a História reflete a posição de inserção e de preocupação de seus teóricos, escritores e pensadores com o presente, pois conhecer a historicidade das relações humanas com o meio ambiente resulta, evidentemente, em um arcabouço mais completo de posições e consciência críticas capazes de melhor instrumentalizar os indivíduos diante de um debate cada vez mais global e vigoroso sobre as relações entre as sociedades humanas e o mundo natural.

A História Ambiental foi proclamada pela primeira vez em 1977 por um grupo de historiadores norte-americanos que fundaram a American Society for Environmental History (Sociedade Americana de História Ambiental) e da revista Environmental History. Foi somente em 1999, que os europeus criaram a European Society for Environmental History e a revista Environmental and History. Os historiadores latino-americanos fundaram em 2004 a SOLCHA (Sociedade Latino-americana e Caribenha de História Ambiental).

As preocupações com o meio ambiente podem ser percebidas em textos de historiadores estrangeiros e brasileiros, mesmo muito antes da fundação da Sociedade Americana de História Ambiental. Cabe ressaltar a obra de Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e os Mediterrânicos*, chamada por ele de uma obra geo-histórica na qual ele estuda as relações dos homens mediterrânicos com o meio ambiente do Mediterrâneo (Dosse, 1992:133-143). Dentre os historiadores

⁶ Regina Horta Duarte. História e Natureza. São Paulo, Autêntica, 2005. P. 31.

brasileiros, merecem destaque: Capistrano de Abreu, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre.

João Capistrano de Abreu (1853/1927) apresenta estudos vívidos das relações entre os homens e a paisagem brasileira durante os processos da colonização dos espaços nacionais através de textos como *Capítulos da História Colonial* (1907) e *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil* (1930). Em ambas as obras o autor evidencia um cuidadoso estudo do meio natural vinculando-o às condições em que se estabeleceram sociedades humanas, notadamente as sociedades indígenas em meio aos ambientes que caracterizam a paisagem brasileira.

Outro autor importante para os estudos vinculados às relações entre as sociedades indígenas e a nacional e o meio ambiente foi Caio Prado Junior (1907-1990). Em suas análises, Prado Júnior nunca dissociou a sociedade da paisagem. Pelo contrário, trabalhou sempre ressaltando como a exploração absurda dos recursos naturais e as práticas da monocultura em benefício exclusivo da economia metropolitana foram perniciosas tanto à sociedade nacional quanto ao meio natural.

A obra do historiador Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) dá grande destaque às relações entre a sociedade colonial e o mundo natural. *Monções*, publicada em 1945, ressalta a íntima relação e o perfeito conhecimento do meio natural entre os exploradores coloniais e os avanços das empreitadas colonizadoras e exploradoras.

Por fim, destacamos os textos do sociólogo Gilberto Freyre (1900-1987) que em suas diversas obras põe em evidência o contexto das relações socioambientais que permitiram a construção das sociedades coloniais em todo o Brasil.

Atualmente, existe a preocupação dos historiadores em melhor perceber as relações entre o homem e o mundo natural. Nada mais óbvio que enxergar as inter-relações entre os diversos fatores que norteiam esta relação. A tecnologia e a economia são fatores importantes na relação entre uma dada sociedade e o

meio ambiente em que está inserida. É a partir dessa inter-relações que se produzem, atualmente, os trabalhos acadêmicos em torno da História Ambiental. Clive Ponting ressalta que “os fundamentos da história humana repousam em como funcionam os ecossistemas. Todas as coisas vivas da Terra, inclusive os seres humanos, fazem parte dessas teias complexas de interdependência entre plantas e animais diferentes”.⁷

A História Ambiental tem sido escrita, de modo geral, a partir de três categorias de análises:

- 1) reconstrução dos ambientes naturais do passado e as relações estabelecidas nesses ambientes por alguma sociedade humana;
- 2) estudo dos modos humanos de produção e seu impacto sobre o ambiente;
- 3) análise da história das idéias e mentalidades, das percepções e dos valores sobre o mundo natural.

Nossa proposta de trabalho vincula-se, portanto, ao que percebemos como um estudo de História Ambiental, pois pretendemos abordar o rio Madeira como elemento básico na constituição de diversas sociedades humanas ao longo de um período que vai do século XVII ao século XXI. Este período foi recortado a partir do estabelecimento dos primeiros contatos entre as populações indígenas locais que já viviam nessas paragens há muito mais tempo e as sociedades coloniais ibéricas, que se estabeleceram ao longo das margens do Madeira a partir do século XVII de nossa era. Essa é uma preocupação recente entre os historiadores locais. Embora praticamente todo o conjunto da obra historiográfica regional percorra incessantemente a temática socioambiental, pouco foi feito no sentido de se perceber o universo das relações entre as sociedades locais e os espaços naturais. Utilizando o texto do professor Dante Fonseca, reforçamos a idéia de que a “história ecológica, então, deve enfatizar a ação dos homens sobre a natureza e suas conseqüências, o que não pode ser feito sem o conhecimento dos limites

⁷ Clive Ponting. Uma história verde do mundo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995. P. 624.

impostos por essa natureza à continuidade ou não dessa ação e da forma como os homens se organizam para explorar o meio natural . Seu objeto de estudo é a natureza ou determinadas espécies dela sob a ação humana.”⁸

Dessa forma, nossa proposta é o estudo das relações entre as sociedades humanas e o rio Madeira ao longo dos últimos séculos, a partir da chegada dos invasores europeus e do estabelecimento das estruturas da sociedade colonial portuguesa e de suas relações com as populações nativas e com os ecossistemas do Madeira, até o presente.



Mapa do rio Madeira

Ferreira de Castro. *A Selva*: Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, [1939].

⁸ Dante Ribeiro da Fonseca. *Estudos de história da Amazônia*. Porto Velho, Gráfica e Editora Maia, 2007. Pp. 23 e 24

3 O RIO MADEIRA

O rio Madeira é formado pela junção dos rios Mamoré e Beni, ambos originários da Cordilheira dos Andes, percorrendo o estado de Rondônia no sentido sudoeste/norte além de uma considerável parte do estado do Amazonas, desaguando no rio Amazonas, na região da ilha de Tupinambarana. Seu curso total é de cerca de 3.240 km, contando-se desde seus formadores andinos até sua desembocadura⁹. A partir de sua formação, na confluência entre o Beni e o Mamoré, até sua foz, o Madeira possui uma extensão de 1.459 km¹⁰. Ele é o mais importante afluente da margem direita do Amazonas e seu curso apresenta uma seqüência de quedas, cachoeiras e corredeiras desde o Mamoré até Porto Velho. A partir daí, até sua confluência com o Amazonas é plenamente navegável. Sua largura varia de mais de 400 metros a aproximadamente 9 km na foz, enquanto a profundidade é superior a 13 metros. A importância desse rio é histórica, e é a partir dele que se desencadearam todos os processos de colonização e ocupação dos espaços territoriais que hoje formam o Estado de Rondônia.

O conjunto formado pelo rio Madeira e seus caudatários constitui a mais importante bacia hidrográfica do Estado de Rondônia. Esta bacia é formada pelo rio Madeira e seus afluentes, num total superior a 90 rios, contando aqueles situados em terras do Amazonas. Esta bacia ocupa uma área total de cerca de 1.244.500 km². Estende-se, além de Rondônia, pelos estados do Amazonas, Acre, Mato Grosso e a República da Bolívia. Seu regime é pluvial e os meses de cheia ocorrem de novembro a abril quando o débito atinge uma descarga de 40.000 m³ de água por segundo.

Em Rondônia seus principais afluentes da margem direita são: Ribeirão, Araras, Taquara, Jaci-Paraná, Mutum-Paraná, Caracol, Jamari, Ji-Paraná. Na

⁹ Fonte: Abnael Machado de Lima. Terras de Rondônia. Porto Velho, SEDUC, 1998.

¹⁰ P. de O. Gomes, E. L. do Nascimento R. de Almeida, W. R. Bastos, J. V. E. Bernardi & P. R. H. B. de Barros. Distribuição Espacial das Concentrações de Mercúrio em Sólidos em Suspensão no Alto Rio Madeira, Rondônia. P. 132. disponível em:

<http://www.rimaeditora.com.br/JBSE/Vol1Num2/V2%20N14.pdf>

margem esquerda, os rios: Abunã, Ferreiros, São Simão, Lourenço, Maracá e Igarapé Cuniã.



O rio madeira foto de Dana Merrill. 1907 – 1910

4 AS PRIMEIRAS POPULAÇÕES DO VALE DO MADEIRA.

Este rio sempre foi reconhecido pelos colonizadores como uma importante área de presença indígena. As populações indígenas do Vale do Madeira constituem-se nos primeiros grupos humanos a se estabelecer na região e definir padrões de relação entre o homem e o espaço natural. O rio e os recursos naturais disponíveis definiram e viabilizaram a ocorrência de um conjunto importante de sociedades indígenas, que habitaram as margens do Madeira, vivendo a partir de modos diferenciados umas das outras e explorando recursos e possibilidades diversas.

A história desses povos só é parcialmente conhecida, sobretudo em função de seus contatos com os invasores europeus e, posteriormente, com os invasores nacionais. A presença de povos indígenas na região do Madeira é contada em milênios e os trabalhos de arqueólogos apenas arranharam a superfície da

questão que envolve sua chegada e estabelecimento na região. Podem-se estabelecer dois grandes grupos indígenas de ocupação diferenciada na região do Madeira. Em primeiro lugar temos os grupos de estabelecimento mais antigo como os Torá, os Mura e os Matanawi. Dos povos de chegada mais recente, já encontrados pelos europeus a partir do século XVII, podemos citar os Kawahib, os Parintitin, os Txapakura os Jaru e os Urupá, além dos Karipuna. Tais povos caracterizaram-se pela adequação de seus estilos de vida a determinados nichos ecológicos, dos quais dependeram e com os quais interagiram fortemente. Assim, alguns povos constituíam-se de navegadores fluviais exímios tais como os Mura, já outros foram basicamente caçadores, coletores e agricultores das várzeas e florestas de terra firme dos Vales do Madeira, Mamoré e seus afluentes. Essas populações construíram sociedades ainda mal estudadas e pouco conhecidas, principalmente em seus períodos anteriores aos contatos com os invasores europeus. Entretanto, registros rupestres, artefatos de cerâmica e de pedra, além das narrativas míticas, nos apresentam populações em estágios variáveis de organização social e com sistemas particulares de produção ou de manejo dos recursos naturais.



Índio e Índia Caripuna, com uma anta abatida, em gravura dos Irmãos Keller, em 1868.

Essas populações sofreram inúmeras alterações, migrando ou desaparecendo em função das movimentações internas de diversos outros povos ou em função do contato com os europeus a partir do século XVII. É notável a relação de equilíbrio desses povos com o meio natural. O contato com os europeus produziu uma dramática alteração nas formas de organização e sobrevivência das populações indígenas residentes. As doenças exóticas, sobretudo as pulmonares, além da intensificação da malária responderam pelo decréscimo acentuado dos grupos locais. De outra forma, a pressão dos catequistas e dos bandeirantes sobre os grupos residentes nas várzea obrigaram diversas etnias a abandonarem seu estilo de vida tradicional, deixando as áreas de várzea, as práticas ceramistas e retornando para as regiões de florestas de terra firme, onde passaram a viver como caçadores e coletores nômades. As novas condições impuseram uma dramática redução no número dessas populações, uma vez que as áreas de terra firme não têm a mesma capacidade de garantir o sustento de populações como as áreas de várzea.

As populações indígenas do Madeira e de seus afluentes viveram de modos variados em períodos diferentes da História. Até a chegada dos colonizadores, uma parte considerável delas era habitante das várzeas, onde praticavam a agricultura de verão, aproveitando-se das secas dos rios e do aparecimento das terras desnudas das várzeas, antes inundadas. Coletavam, ainda, cacau e outros frutos silvestres, caçavam e pescavam.

Conforme ressalta Antônio Porro *“nos mil anos que precederam a ocupação européia diversas regiões da planície amazônica alcançaram um grau de desenvolvimento sociocultural mais complexo daquele que a etnografia tem observado desde o século XIX”*¹¹. Essa situação aponta para a existência de sociedades mais estruturadas social, política e economicamente do que aquilo que foi relatado por cronistas e viajantes dos séculos XVIII e XIX. Ao que tudo indica, o uso de fontes historiográficas de forma indevida ou um aproveitamento ineficiente

¹¹ Antônio Porro. O povo das águas. Ensaio de etno-história amazônica. Petrópolis, Vozes/EDUSP, 1995. P. 76.

das fontes disponíveis responderia, em parte, pela parcialidade dos conhecimentos e por sua inexatidão. Por outro lado, uma enorme contribuição para o conhecimento dessas populações, de seus hábitos, costumes e modo de vida em geral ainda está por ser dada, na medida em que a arqueologia local for desenvolvida, apresentando outras fontes de informações que não aquelas disponíveis nos relatos de viajantes e exploradores.



Figura 2 – Índio Mura inalando pariká (Ferreira, 1971, prancha 121).

Índio Mura inalando pariká. Imagem de Alexandre Rodrigues Ferreira. Séc. XVIII

Sabe-se que as várzeas possibilitaram uma produção abundante com um dispêndio reduzido de energia, durante os verões amazônicos, o que no caso do Madeira se torna muito expressivo devido às qualidades fertilizantes de suas águas. Em casos como este dos estudos à cerca das populações pré-colombianas do Madeira, a Arqueologia tem trazido novas evidências à cerca das sociedades de várzea e de suas estruturas e dimensões.

Ao lado de uma agricultura expressiva e temporária, as populações de várzea do vale do Madeira poderiam complementar seu abastecimento com uma enorme fartura de peixes, quelônios e seus ovos e caças das mais diversas. As florestas adjacentes ao rio oferecem considerável quantidade e variedade de frutos, além de outros produtos utilizados pelas populações para diversos fins, tais como palhas, madeiras, bambus, ervas para uso medicinal e ritual, etc.

As margens do Madeira ofereceram diversas possibilidades às populações indígenas locais, permitindo a formação de sociedades mais complexas do que as que foram relatadas pelos colonizadores do século XVIII e pelos exploradores do século XIX. Em todos os casos é imperativo observar que a base ambiental permitiu e viabilizou a implantação de empreitadas colonizadoras, gerando seu sustento e garantindo sua continuidade através do manejo controlado dos recursos, como foi o caso da maior parte das populações indígenas locais, ou, em outras situações, oportunizando riquezas e ganhos até o esgotamento dos recursos, situação muito comum a todos os projetos e empreitadas coloniais desde a chegada dos europeus à Amazônia.



Índios Caripuna em canoa de casca de árvore, em foto tirada por Dana Merrill entre 1907 e 1912.

A produção das várzeas era naturalmente abundante e isso justificou a ação dos colonizadores, ainda no século XVII, quando os primeiros padres e

exploradores iniciaram a coleta das *drogas do sertão* (cacau, salsaparrilha, baunilha, castanha, urucum, banha e ovos de tartaruga, etc.)¹². A entrada dos europeus trouxe consigo a escravidão, a doença e o extermínio. Após mais de um século de lutas intermináveis e muita violência, a maioria dos povos do Madeira estavam submetidos aos colonizadores portugueses e servia como seus mateiros, remeiros e guias na exploração das riquezas naturais.

No período colonial os padres Jesuítas, e mais tarde Franciscanos e Carmelitas, se estabeleceram em suas barrancas para desenvolver seus trabalhos missionários e catequéticos junto às populações indígenas aí residentes. Dentre os diversos povos que viveram às margens do Madeira ou de seus afluentes, destacaram-se os Mura, os Parintitin, os Karipuna, os Iurá, os Arara, os Jacanga-Piranga, os Urutucuru os Urupá-Manacá e os Apama. A este extenso grupo, ainda podemos acrescentar os Tupinambarana, que habitavam a foz do Madeira, na sua confluência com o Amazonas. Sua descoberta pelos padres Jesuítas em 1639 levou à fundação de uma missão catequética na ilha Tupinambarana onde hoje se situa a cidade de Parintins.

O terror do Madeira eram os Mura, temíveis navegadores, conhecidos como os piratas do Madeira. Desde períodos anteriores à colonização portuguesa e espanhola, já praticavam o comércio com as populações indígenas dos Andes e suas flechas eram equipadas com pontas de metal que obtinham nas trocas com os povos andinos. Sua agressividade mantinha em constante sobressalto outras populações indígenas da região. Aproveitando-se disso, os portugueses aliaram-se aos seus arquiinimigos, os Mundurucu, legendários caçadores de cabeça, temidos por sua belicosidade e travaram uma poderosa guerra, estimulada, também pelos padres da Companhia de Jesus, que chegaram a pedir ao rei de Portugal uma *Guerra Justa* contra o povo Mura. Em 1786, os Mura já haviam se rendido e se submeteram ao governo português, contudo, a ação de preação de bandeirantes e exploradores os levou a abandonar seus aldeamentos às margens

¹² Cacau: *Theobroma cacao*; salsaparrilha: *Smilax papyracea* Poir; Urucum: *Bixa orellana* L.; Castanha do Pará: *Bertholletia excelsa*, Baunilha: *Vanilla planifolia* Jacks

do Madeira e de seus afluentes pra retomar seu modo de vida agressivo e às suas incursões de pirataria contra os viajantes do rio.

Com o fim das missões religiosas e o abandono da região pelos portugueses, em finais do século XVIII, parte desses povos retomariam seu antigo modo de vida e, no século XIX, durante a exploração dos seringais e as primeiras tentativas de construção da Ferrovia Madeira-Mamoré, voltariam a aterrorizar os viajantes e trabalhadores. Ao longo do século XX, as populações indígenas do Vale do Madeira sofreriam um processo de grave extermínio a partir da entrada sistemática de seringueiros e, posteriormente, de colonos em busca de terras e de garimpeiros.

4 A INVASÃO EUROPÉIA: AS PRIMEIRAS TENTATIVAS DE OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DO ALTO MADEIRA

Os europeus adentraram o vale do Madeira a partir do século XVII. As primeiras notícias de passagem de religiosos e do estabelecimento de missões na região remontam ao ano de 1669, quando os padres Manuel Pires e Garzoni, fundaram a Missão Jesuítica de Tupinambarana. Entretanto, registre-se que a presença de bandeirantes na região é ainda mais antiga. Em 1647, Raposo Tavares percorreu os vales do Guaporé, Mamoré e Madeira, atingindo o Amazonas e capturando indígenas para as vendas em diversas praças da colônia. O rio sempre foi o caminho pelo qual os exploradores, viajantes e catequistas adentraram às regiões interioranas da Amazônia e o Madeira permitia o acesso às regiões das missões castelhanas do Guaporé, além das minas de ouro exploradas pelos portugueses em suas adjacências.

Por outro lado, o conhecimento ambiental dos povos indígenas sempre foi vital para toda e qualquer investida colonizadora ou exploradora de portugueses, espanhóis e outros povos na região. O domínio dos pajés sobre os elementos da fauna e da flora garantiram aos colonizadores o acesso a única forma de medicina possível durante séculos na região. O manejo dos recursos naturais permitiu a

exploração e a viabilidade econômica das missões religiosas e das expedições monçoeiras que percorreram os rios locais. Ovos de tartaruga, técnicas de caça e de pesca, coleta de ervas medicinais e resinas diversas, sementes e frutos constituíram-se na base de uma economia colonial conhecida como o *ciclo das drogas do sertão*.



Batelão no século XIX, Almeida Júnior.

Algumas crônicas de viajantes que percorreram a região se tornaram notáveis, dentre elas citamos os relatos da viagem de Francisco Mello Palheta, que apresentam consideráveis pormenores da paisagem e da diversidade da vida nas margens do Madeira. As narrativas de Mello Palheta evidenciam a surpresa dos portugueses diante das dimensões colossais do rio e de seus acidentes naturais, tais como as cachoeiras, ou mesmo das criaturas que nele vivem. As adversidades ambientais, as dificuldades de transposição das cachoeiras e a necessidade permanente da colaboração dos indígenas para que a viagem pudesse avançar evidenciam a distância entre os navegadores portugueses e o

meio natural em que se encontravam. Por outro lado, Palheta ressalta, em seu diário, como os padres jesuítas espanhóis encontravam-se em avançado estágio de colonização catequética na região do Guaporé e que, com a colaboração dos indígenas locais, estavam construindo as bases da colônia castelhana às margens do Itenez, criando gado, plantando e, coletando as drogas do sertão. Dos textos de Palheta emergem as primeiras visões concretas de portugueses sobre as paragens do Madeira e das adversidades ambientais que viriam a ser a marca registrada de todos os relatos subseqüentes, os quais destacam o contexto de dificuldades em relação às questões ambientais pelas quais passam os membros da expedição. Juntamente com a narrativa das adversidades, Palheta ressalta a presença das missões jesuíticas nas regiões do Mamoré e Guaporé e os contatos com indígenas locais.

Em 1742, Manuel Felix de Lima, comerciante fracassado das regiões de Cuiabá e do Guaporé, fugindo de credores, desceu os rios Guaporé, Mamoré e Madeira e penetrou no Amazonas, chegando a Belém e de lá sendo conduzido, preso, para Lisboa. Sua viagem se torna essencial para que, em 1752, o governo português crie a rota de navegação monçoeira do norte, determinando a ligação entre Vila Bela da Santíssima Trindade e Belém através dos rios Amazonas, Madeira, Mamoré e Guaporé. Essa rota se manteria ativa por todo o restante do século XVIII e parte do século XIX.

Durante o século XVIII, os governadores de Mato Grosso e Cuiabá envidaram esforços para definir as bases de uma política colonizadora para o Vale do alto Madeira. As adversidades ambientais explicam parcialmente a incapacidade dos colonizadores em estabelecer núcleos permanentes de ocupação. Uma outra parte necessária à compreensão deste fracasso situa-se no fato de que a economia das drogas do sertão dispensavam a fixação de núcleos de povoadores permanentes, fato que permaneceu como característico da Amazônia em todos os surtos econômicos extrativistas.

Foi com o intuito de estabelecer núcleos de povoações que facilitassem a circulação dos batelões e igarités das monções, que o governador Rolim de Moura

ordenou a fundação do povoado de Nossa Senhora da Boa Viagem do Salto Grande do Rio Madeira. A ordem foi executada pelo juiz de fora Teotônio de Gusmão que, em 21 de fevereiro de 1759, fundou o povoado às margens daquela cachoeira.

Entretanto, sem ter levado em conta o conjunto das adversidades ambientais, o povoado, que deveria facilitar a transposição das embarcações e permitir o descanso e reabastecimento dos viajantes, além de garantir o povoamento de uma área em disputa territorial permanente, sucumbiu em menos de dois anos após sua fundação. Mosquitos, ataques indígenas, malária e o permanente desabastecimento inviabilizaram o arraial. Em 29 e agosto de 1760, o juiz Teotônio escreveu que os dois padres destacados para o povoado e para a catequese dos índios da região se foram “levando o último morador que aqui estava e que tinham posto do seu sistema”.¹³



Partida de uma monção - Almeida Júnior. Séc. XIX

Uma década depois da tentativa de se estabelecer uma povoação às margens de uma cachoeira no alto Madeira, o governador de Mato Grosso, Dom Luis de Souza Coutinho, ordenou, em 1769, a fundação de um novo povoado em outra cachoeira do alto Madeira. Tratava-se do povoado de Balsemão, fundado pelos portugueses na cachoeira do Jirau ou Balsemão. Esse povoado foi cuidadosamente planejado pelo governador, tendo seus quarteirões definidos,

¹³ Carta do Padre João Evangelista. Borba, 26/IX/1760. Arquivo Público do Pará. Ms I, 34.

ruas bem traçadas e construções em pedra. Contudo, as adversidades ambientais se repetiram e, novamente, o povoado sucumbiu.

Evidenciando a força das adversidades ambientais, então desconhecidas e desconsideradas pelos portugueses no século XVIII, o Cônego Francisco Bernardino de Souza ressaltou: “O fado que persegue este imenso vale do Amazonas: aqui parece que o mundo não caminha, retrogada; aqui as povoações em vez de aumentarem e crescerem, diminuem e desaparecem”¹⁴

A última e mais expressiva tentativa de se povoar o alto Madeira durante o período colonial partiu do governador Caetano Pinto Miranda Montenegro que, no ano de 1796, ordenou a fundação de uma fortificação militar e de um povoado na região do Salto do Ribeirão, conhecido como São José do Salto do Ribeirão do Rio Madeira. Este povoado e seu destacamento militar pereceram pelos mesmos motivos anteriores. Vale ressaltar que as adversidades ambientais do alto Madeira eram conhecidas dos portugueses e Rolim de Moura classificou a região como sendo o inferno da América.

Definitivamente os portugueses fracassaram em todas as suas iniciativas de ocupação e colonização dos vales do alto Madeira e Mamoré e, pelo que é revelado através das fontes documentais, foram as adversidades ambientais, os principais fatores responsáveis por este fracasso. A região continuaria a ser percorrida em toda sua extensão pelas monções que regularmente partiam de Belém para Vila Bela, levando escravos, gêneros alimentícios, armas e munições, ferramentas diversas, tecidos, porcelanas, objetos de culto religioso, remédios e tudo aquilo de que a civilização barroca colonial pudesse necessitar. De Vila Bela e de todo o vale do Guaporé desciam os rios em direção a Belém, as especiarias da floresta, conhecidas como drogas do sertão e o ouro, principal motor de toda a empreitada colonizadora.

5 A ECONOMIA EXTRATIVISTA E AS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

¹⁴ Cônego Francisco Bernardino de Souza. Comissão do Madeira, Rio de Janeiro, 1875. P. 122.

A economia extrativista apresentava aspectos distintos. Em primeiro lugar, não impulsionava a formação de núcleos urbanos, o que pressionava pouco o meio-natural. Mas, por outro lado, alguns produtos causavam grande desequilíbrio e forte pressão predatória sobre os ecossistemas. Assim, a coleta de ovos de tartaruga era, literalmente, uma atividade devastadora, que só não causava um impacto mais perturbador devido à população reduzida de colonos e coletores na região. Os ovos eram colhidos, aos milhões, no auge das temporadas de posturas, e pisados para fermentar, ainda nas praias. As tartarugas e seus ovos sempre foram alvo da predação humana. A carne sempre foi considerada uma iguaria pelos nativos e, posteriormente, pelos colonos e as populações que se estabeleceram nos vales amazônicos a partir da penetração dos europeus. O esmagamento dos ovos oferecia aos colonos o importante óleo, comercializado para a iluminação, até o século XX, e utilizado, ainda nas cozinhas locais. Os pesquisadores estimam que as coletas realizadas entre os séculos XVII a XIX foram responsáveis, pelo menos, pela retirada de 12 a 50 milhões de ovos por ano das praias da região. A partir da segunda metade do século XIX, o número de ovos coletados teria ficado entre 1 e 5 milhões e, ao longo do século XX, esta prática teria registrado um declínio acentuado, caindo para uma média anual inferior a 300.mil ovos¹⁵. Entretanto, a redução da coleta de ovos, ao longo do século XX, teve como contraponto o aumento da caça direta para o abastecimento de carne das populações locais, notadamente ao longo dos períodos de maior intensificação das atividades dos seringais.

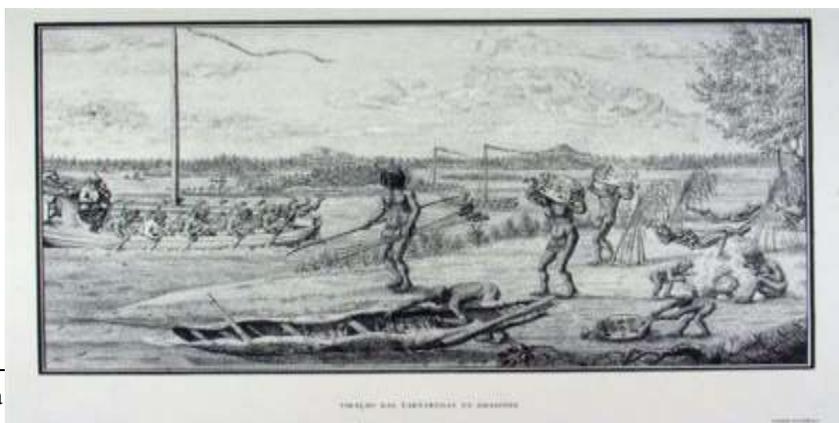
Outro tipo de produto obtido nas florestas locais era a pluma de aves. Tal coleta demandava na prática do abate sistemático das aves regionais, delineando uma atividade intensamente predatória. O uso das plumas e penas de aves é tão antigo quanto a ocupação humana na região. As populações ameríndias sempre

¹⁵ George Rebêlo; Juarez Pezzuti. Percepções sobre o consumo de quelônios na Amazônia. Sustentabilidade e alternativas ao manejo atual. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X200000100005&script=sci_arttext&tlng=pt

se utilizaram delas para a fabricação de adornos, cocares, capas plumárias, pulseiras, brincos e armas. Entretanto, a pressão dessas populações nunca foi exagerada. A própria condição de mobilidade permanente dos grupos de caçadores permitiu a recomposição natural dos bandos e sua utilização para fins domésticos garantiu um abastecimento permanente e o uso comedido dos recursos. Contudo, as exigências da moda européia, sobretudo a partir do século XVIII, implicaram no aumento acentuado da demanda de plumas pelo mercado da moda e pelas casas de alta costura, além de uniformes militares e de trajes rituais. Esse mercado se manteve ativo até o século XX e impulsionou uma verdadeira chacina de aves tropicais em todo o mundo. Na Amazônia, as espécies mais utilizadas foram as aves pernaltas, como as garças brancas (*Casmerodius albus* e *Egretta thula*), maguaris (*Ciconia maguari*), guarás (*Eudocimus ruber*), socós-bois e outros (*Tigrisoma fasciatum fasciatum*). Além das aves pernaltas, cujos ninhais eram literalmente devastados para a obtenção de plumas para adornos femininos, outras aves eram atraentes por sua beleza e colorido das plumagens. Uma pequena estola de plumas reluzentes do peito de beija-flores (diversas espécies) demandava o abate de mais de 100 pássaros. Além dessas espécies, os psitacídeos também foram largamente perseguidos em função de sua plumagem colorida e reluzente. Araras canindés (*Ara ararauna*), araras azuis (*Anodorhynchus hyacinthinus*) e araras vermelhas (*Ara chloroptera*), e ainda papagaios e periquitos de diversas espécies atraíram atenção de modistas europeus, sendo caçados por toda a Amazônia e pelo Brasil em geral. Os dados alfandegários sobre as exportações legais de penas e plumas de aves, demonstram que entre 1910 e 1914, o Brasil exportou cerca de 20.000 quilos de plumas e penas para a Europa e os Estados Unidos. Considerando que cada ave fornece umas poucas gramas de plumas e ou penas, pode-se calcular a proporção da matança de aves no país. Tal fato na Amazônia, teve proporções escandalosas

e levou cientistas como Emilio Göeldi, do Museu Paraense, a protestar contra a prática descontrolada.¹⁶

A coleta de vegetais era, aparentemente, menos predatória. Contudo, no começo da economia gomífera, as árvores eram abatidas para uma única coleta de látex. Em outras situações, mesmo as atividades de coleta de produtos vegetais implicavam na demanda complementar sobre animais de caça. Carne, peles e couros reforçavam os lucros obtidos com o comércio de drogas e especiarias da Amazônia. De todos os animais, seguramente, o grupo dos felinos selvagens foi o mais perseguido. A visão que a sociedade possuía desses animais era extremamente negativa. Os menores, tais como os gatos maracajás (*Felis wiedii*) e jaguatiricas (*Felis pardalis*) foram considerados pragas que devastavam os galinheiros. entretanto, a justificativa do abate desenfreado das espécies de felinos situa-se no mercado de peles. A pele macia e pintada de felinos como a jaguatirica e o gato maracajá sempre foi muito apreciada pela moda européia e esse gosto foi acentuado entre os séculos XIX e a maior parte do século XX. Os felinos de grande porte, onças pintadas (*Panthera onca*) e as onças pardas, também chamadas de pumas ou suçuaranas (*Felis concolor*), sempre foram consideradas pragas para os criadores de gado, ameaças para os residentes das regiões onde viviam, um grande atrativo para a indústria da moda de pele dos grandes felinos.



¹⁶ Regina Horta

Coleta de ovos de tartarugas. Gravura de Alexandre Rodrigues Ferreira.

A proporção do abate de felinos para a comercialização de sua pele foi revelada após o advento dos trabalhos de ecologistas. Mais de 50.000 peles de felinos pintados foram comercializadas anualmente somente na Amazônia, entre os anos 1950 a 1980. Mesmo a proibição da caça e o estabelecimento de penalidades para o seu comércio não eliminou a prática, que ainda se mostra uma fonte alternativa de renda para populações rurais locais e um poderoso motor para o enriquecimento das casas de moda em todo o mundo. A retração do mercado de peles só ocorreu após as intensas campanhas de ambientalistas e preservacionistas pelo mundo todo

Nas economias de extração mineral, como foi a economia do Vale do Guaporé, durante o século XVIII, a devastação ambiental ocorreu em função, tanto da formação dos garimpos, que implicavam no assoreamento de rios e na devastação e florestas, barrancos e leitos de rios, quanto da predação dos recursos naturais disponíveis nas áreas de garimpagem, como forma de complementação das economias locais e abastecimento das dispensas dos trabalhadores. Os derrames de mercúrio utilizados por garimpeiros na extração do ouro de aluvião do leito do rio nunca foi precisamente mensurado e pouco se fez à cerca do controle sobre o manejo de metais pesados utilizado na garimpagem ao longo do rio.

Em tempos recentes, foi notável o massacre de peixe-boi para a obtenção tanto de carne quanto de couro para a indústria de correias para automóveis.



FA

Coleta de ovos de tartarugas. Gravura de Alexandre Rodrigues Ferreira

O vale do Madeira só passaria por uma experiência de extração mineral, realmente intensa, a partir da produção da cassiterita no século XX. Seu efeito seria igualmente devastador. Contudo a proporção dos danos seria ainda mais agravada quando já, nas décadas de 1970 a 1990, se desenvolveria a extração do ouro no leito do alto Madeira. Sobre este tema voltaremos a tratar mais adiante.

Fica evidente que esta região ofereceu uma série de oportunidades para diversas práticas de economia voltadas ao extrativismo, tanto animal, quanto vegetal ou mesmo mineral. Os danos ambientais, só muito recentemente passaram a ser considerados, mesmo assim sua contabilização ainda é imprecisa e inexata.

6 A PRESENÇA DOS MISSIONÁRIOS.

Vitor Hugo, em sua obra *Os Desbravadores* (1959), apresenta um dos mais importantes estudos sobre a ação dos catequistas e missionários ao longo das margens do rio Madeira. Desde o século XVII, os padres se estabeleceram nas margens desse rio e de seus afluentes e formadores, realizando o trabalho de catequese e acultramento.

Após a expulsão dos Jesuítas de Portugal e de suas colônias e do encerramento das atividades das missões com a criação dos Diretórios de Índios, em meados do século XVIII, pelo Marquês de Pombal, observou-se uma situação inversa. Os Diretórios de Índios fracassaram, abalados pela corrupção de seus

diretores. Os indígenas se viam desprotegidos e entregues à ganância de colonos, autoridades civis e todo tipo de exploradores. Assim, ao longo das últimas décadas do mesmo século, observou-se um movimento, entre os indígenas aculturados, de retorno às florestas. O abandono dos Diretórios e a fuga para as matas fragilizaram, ainda mais, a combalida economia extrativista das drogas do sertão. Tentando reverter o quadro, a rainha Dona Maria I, ressuscitou o antigo projeto missionário e catequético na última década daquele século. Dessa vez os trabalhos ficaram a cargo, sobretudo dos frades de São Francisco e dos Carmelitas. Mas os indígenas viriam a ser um dos mais formidáveis obstáculos aos projetos de adentramento exploratório e colonizador nas selvas do Madeira, ainda, por todo o período do século XIX e parte do século XX.

As disputas pelas almas e pelos lucros das empreitadas catequéticas levaram os padres regulares a verdadeiras lutas internas, onde Carmelitas, Franciscanos, Jesuítas e Mercedários disputaram ferrenhamente o direito ao monopólio da catequese das almas dos indígenas locais. Ao lado da catequese, estabelecia-se, com a missão e o aldeamento, a exploração das drogas do sertão. As disputas chegavam à distante metrópole e exigiam a intervenção régia. Assim, em 1684, o rei de Portugal escreveu ao superior dos jesuítas: “Jesuítas ou Franciscanos no Gram Para e que os membros dessas duas ordens são os melhores missionários da região.”¹⁷

¹⁷ Arquivo Histórico Ultramarino, Ms Maranhão, Papéis avulsos, doc. Mt XVI, 1684.



A conversão dos índios passava pelo Estado português (representado aqui pelo seu escudo em que se refletem os raios da fé) e justificava as concessões territoriais que o papa fizera, em 1493, na América. Este frontispício à obra de frei João José de Santa Thereza, *Istoria del Regno del Brasile*, de 1698, é uma perfeita alegoria do sistema do padroado.

Os conflitos entre ordens religiosas pelos direitos de catequese e do estabelecimento de missões e aldeamentos chegavam aos confins da Amazônia como ressaltava Vitor Hugo: “O fato é que em Belém do Pará se tornara mais forte a clarinada duma guerra sem fronteira que se expandiu também pelas margens do longínquo rio Madeira, aonde quer que chegassem os missionários.

As primeiras tentativas de estabelecimento dos padres jesuítas no Madeira datam de 1669 e 1672. Em 1683, o padre Jódoco percebeu a riqueza vegetal das terras situadas em suas margens, perto da desembocadura do rio Matuará (originalmente chamado de Iruris). “*O melhor (cacau) que há em o Estado todo, por ser mais doce e mais grosso que o das outras partes.*”¹⁸

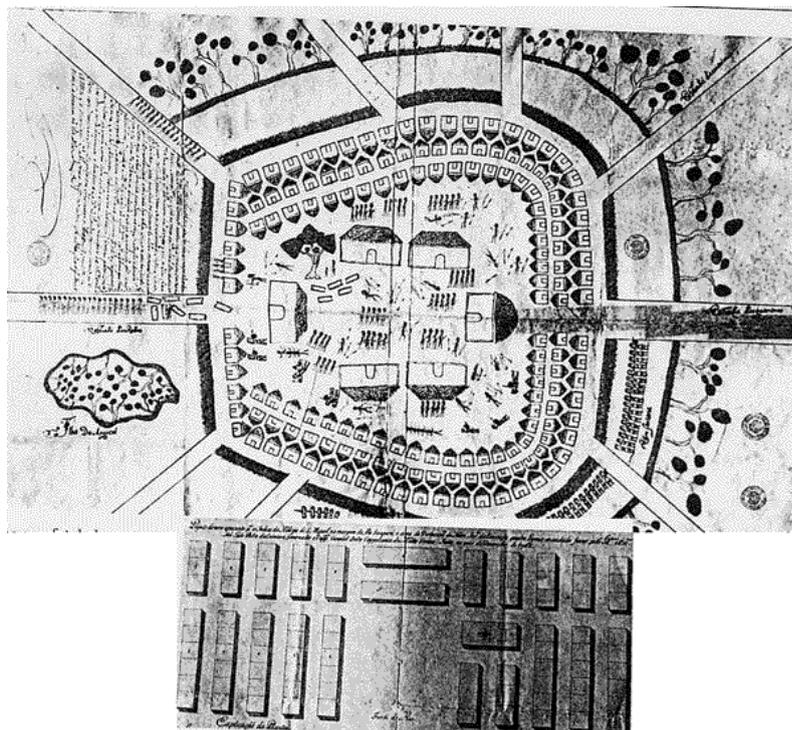
Vitor Hugo (op. Cit, pp 29 e 30) ressalta que existiam 32 tribos habitando as margens do rio Madeira e que os jesuítas estavam ansiosos para catequizá-las. A missão de Santo Antônio do Madeira tem seus antecedentes registrados já em 1712, quando o Padre João Sampaio estabeleceu-se às margens do rio Canumã, um dos afluentes do baixo Madeira pela margem direita, local onde estava situada um missão dos padres inacianos. Em 1723, foi fundada a Missão de Santo Antônio das Cachoeiras do rio Madeira, que se constituiu no primeiro núcleo de colonização portuguesa nas terras que viriam a formar o estado de Rondônia. As missões cumpriam de forma mais adequada às propostas do Estado Absolutista Português para a região. Enquanto exploradores, bandeirantes e aventureiros percorriam as extensões dos vales amazônicos em busca de indígenas para o trabalho escravo, os padres missionários agiam de forma diametralmente oposta, embora seus propósitos incluíssem a apropriação da força de trabalho desses povos.

Assim, as missões prevaleciam, até meados do século XVIII como mais interessantes para o estado colonial. Por um lado produziam espaços de civilização e cultura ocidental, por outro lado atraíam os indígenas ameaçados pela ação de preação dos bandeirantes, transformando os temíveis nativos em força de trabalho necessária aos projetos coloniais e, por fim, produziam, de forma mais competente riquezas a partir do trabalho e dos recursos naturais disponíveis.

As tentativas de estabelecimento das missões no alto Madeira foram frustradas e o Padre João Sampaio e seu assistente, padre Manuel Fernandes,

¹⁸ Padre João Felipe Bettendorff Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Maranhão. R.I.H.G.B. LXXII, 1ª p, 1909, P 355.

deslocaram a missão sucessivamente pelo baixo Madeira. Vitor Hugo lembra que após dois anos da fundação da missão de Santo Antônio, viviam no aldeamento cerca de 338 indígenas, na sua maioria Pama, Tora e Mura.¹⁹ A localização exata da missão é complexa, uma vez que, conforme ressalta Vitor Hugo (p. 59) mudava-se de lugar conforme as circunstâncias e, “*só muito mais tarde veio a designar o local geográfico da primeira cachoeira do alto Madeira, antes esta era chamada Aroaya pelos índios, S. João pelos portugueses*”.



Planta de aldeia Jê E planta de Aldeamento oficial Pombalino, ambas Do século XVIII. Fonte: hemi.nyu.edu/.../text/intro_hist_indig.htm

José Gonçalves da Fonseca, que viajou pelo rio Madeira em 1749 situava a Missão de Santo Antônio “entre o rio Jamari e a primeira cachoeira do rio Madeira.”²⁰ Ao longo do Mamoré, as missões jesuíticas eram de bandeira espanhola. Destacaram-se São Pedro e São Simão. Todas as missões, fossem

¹⁹ Vitor Hugo. Op. Cit. Vol. 1. P. 41.

²⁰ José Gonçalves da Fonseca. Navegação desde o Pará até o rio Madeira. Citado por Vitor Hugo, 1959, vol. 1, p. 59.

espanholas ou portuguesas, estavam profundamente interessadas na coleta das drogas do sertão e o rio Madeira oferecia o melhor cacau, como já ressaltamos anteriormente. Vitor Hugo assinala o temor da coroa portuguesa em relação a esse fato: “A corte portuguesa andava alarmada! Eram bem fundados os receios, uma vez que se contavam perto de 50.000 os índios das duas Províncias dos Moxos e de Chiquitos! Muitos deles iam buscar cacau nas margens do rio Madeira.”²¹



Os missionários e os índios em gravura do barão de Santa Anna Nery s/d. Fonte:

<http://www.akademie-brasil-europa.org>

Em 12 de maio de 1798, uma carta régia assinada por Dona Maria I ordenava o restabelecimento das empreitadas missionárias. Foram os padres carmelitas que se estabeleceram novamente no vale do Madeira. Desde 1755, quando o povoado de Trocano foi renomeado como Santo Antônio de Borba, os padres carmelitas desenvolviam ação missionária no Madeira. Durante o século XIX, no ano de

²¹ Vitor Hugo, op. Cit. Vol. 1 P. 81.

1827, os carmelitas fundaram a missão de Sapucaiaoroca. O fundador da missão foi Frei Joaquim de Santa Luzia. O aldeamento foi visitado em 1853, pelo padre Antônio Francisco da Silva Franco, que contabilizou uma população total de 232 pessoas, sendo que desse total 99 eram homens adultos e o restante dividido entre mulheres e crianças.

Os padres começaram, então, a desenvolver suas atividades missionárias pelos afluentes do rio Madeira, notadamente o rio Machado. Em 1853 foram “descidos” mais de 200 índios, “*todos são muito mansos e comércio*”²² Os descimentos constituíram-se, ainda, em uma prática rentável e essencial para a economia extrativista das missões locais. Coube a Francisco Portilho o trabalho de aldear os índios descidos do rio Machado, sendo que, em sua maioria, eles eram das etnias Arara e Torá.

Os franciscanos instalaram-se novamente nas barrancas do rio Madeira, a partir de 1854, quando foi criada a missão de São Pedro de Alcântara. Coube a frei Joaquim do Espírito Santo Dias Silva OFM, instalar a missão, abrangendo as terras situadas entre os rios Aripuanã e Machado. Contudo, a missão fracassou e os ataques dos índios, e as já tão citadas adversidades ambientais são apresentadas pelos cronistas como as causas do insucesso da empreitada. Desde 1755, existia a paróquia de São João do Crato, situada onde hoje se encontra a cidade de Manicoré. Entretanto, em 1797, foi fundada uma nova povoação com o nome de São João do Crato, na confluência do Jamari com o Madeira, onde atualmente se localiza o distrito de São Carlos do Jamari.

Vitor Hugo ressalta que:

“Tratava-se de degredados ciganos portugueses moradores do rio Negro. (...) a escolha do local foi das mais infelizes! Proliferava os males horrorosos, males endêmicos: hidropsia, icterícia, escorbuto, febres, erupções cutâneas.(...) em São João do Crato achava-se estabelecido o registro do ouro para as canoas que desciam de Mato Grosso. Era um

²²Roteiro dos nomes das aldeias existentes no rio Madeira. Arquivo Público do Amazonas Coleção Pinheiro. Documento 63, 16/V/1853

destacamento que, como outros, servia para fazer chegar as ordens reais até Mato Grosso.”²³

A região era adversa, além dos males ambientais e das doenças reinantes na região, os ataques de índios Juma mantinham a população sob permanente estado de tensão: “Esta colônia foi criada em 1802 para livrar os moradores das correrias dos índios Juma.”²⁴ A adversidade ambiental, as dificuldades com os índios e a péssima fama do Crato levou o Capitão Marcelino a tentar o repovoamento de Teotônio (Salto Grande do Madeira) entre 1801 e 1802, mas as adversidades do alto Madeira eram consideravelmente maiores e o destacamento militar retornou para seu antigo local na foz do Jamari. Por volta da década de 1830, durante a Cabanagem, o Crato serviu como local de degredo para condenados e indesejáveis do regime. Em 1858, foi enviado para a região frei Joaquim do Espírito Santo Dias e Silva, que adoeceu e abandonou a região. Por fim, o Crato foi despovoado e a sede da freguesia foi transferida para o povoado de Baetas e, no ano de 1868, foi mudada novamente para Manicoré. Nesse período os seringais locais eram explorados, majoritariamente por bolivianos e o Relatório do Presidente da Província do Amazonas ressalta, em 1869, que ficou apenas uma única casa, pertencente a um seringalista de Manaus e que tinha como coletores de látex alguns índios bolivianos da etnia Moxo.

Ao longo da maior parte do século XIX, os missionários franciscanos percorreram os rios Madeira e seus afluentes, notadamente o Machado, Aripuanã e Jamari. Na década de 1870, os frades franciscanos tentaram a catequese dos Caripuna do alto Madeira, mas foram derrotados pela malária e por outras doenças reinantes no ambiente. Ao longo dessa década, frei Jesualdo Macchetti trabalharia na fundação das missões de Santo Antônio e de São Pedro, ambas no alto Madeira e que se transformariam em pontos de referência para a penetração de seringueiros por toda a região. As práticas de extermínio dos índios pelos seringalistas e o roubo de crianças índias para uso em trabalhos escravos

²³ Vitor Hugo. OP. Cit. Vol. 1. P. 133.

²⁴ Idem.

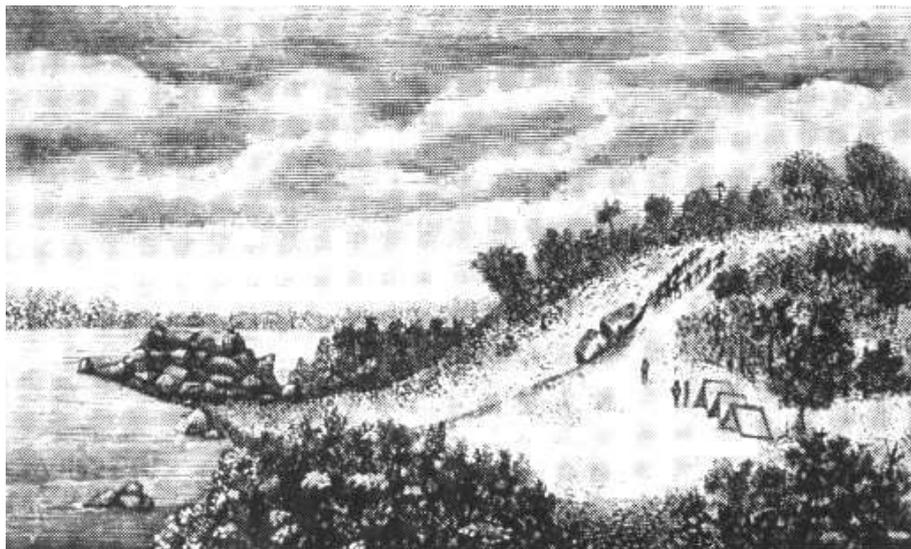
continuaram pelo século XIX e parte do século XX, criando uma situação de tensão e adversidade para as populações locais. Os trabalhos de pacificação e conversão dos indígenas realizados pelos frades franciscanos Jesualdo Macchetti e Luiz Zaccagnni sofreram amplos revezes em função da penetração de seringueiros e regatões pelos vales do Madeira. Ao longo do período seringalista, as políticas de limpeza étnica das regiões de seringais do Madeira e Mamoré viriam a substituir as antigas práticas de catequese e aldeamento tentadas pelos padres desde o período colonial.

7 O SÉCULO XIX E O SERINGALISMO.

O advento da economia gomífera da borracha trouxe notáveis transformações para toda a Amazônia e o Vale do Madeira não ficou alheio a tais mudanças. Milhares de migrantes de todas as regiões do país foram deslocados para os trabalhos nos seringais de toda a Amazônia e o novo período de prosperidade parecia ser mais consistente e duradouro. A Amazônia havia enfrentado um período de letargia econômica e social e de esquecimento por parte dos poderes constituídos desde a crise do modelo pombalino, na segunda metade do século XVIII. Seguramente as políticas de Pombal para a Amazônia representaram o ápice de um projeto de ocupação, exploração e colonização que só viria a ser suplantado durante o decorrer do século XX, mais exatamente com o governo Vargas, pois tratando-se de políticas governamentais sistemáticas, esse foi o primeiro momento em que, efetivamente, o Estado Nacional dedicou alguma atenção mais séria às realidades da região

As políticas de Pombal para a Amazônia delinearam uma série de ações, investimentos e ocupações distintas entre si, o que nos aponta, claramente, para uma diversidade das situações regionais, excluindo qualquer possibilidade de entendimento dessas ações para a região como um todo, ou mesmo do entendimento da região, por parte dos agentes políticos da época, tal como hoje a percebemos. Assim, teremos que observar a adoção de modelos de ocupação

agrícola ao redor de Belém e de modelos de ocupação mineradora no vale do Guaporé. Mesmo nesses casos trata-se de uma visão generalizante e grosseira, pois em ambos iremos perceber variações que oportunizaram uma série de outros investimentos e iniciativas, tais como as agriculturas de sustento regional para o caso do Guaporé e a formação de uma base para indústria de manufatura para Belém.



Aspeto do Varadouro (passagem das canoas por terra) no Salto do Jirau em gravura de 1860 de João Severiano da Fonseca

O vale do alto Madeira caracterizou-se como uma região periférica dentro do sistema colonial amazônico. As adversidades ambientais eram de tal proporção que inviabilizavam todas as tentativas de ocupação contínua e sistemática deflagradas por agentes governamentais ou por missionários. Assim, as ocupações foram esporádicas e marcadas por um intenso nomadismo, como é ressaltado pela mobilidade permanente das próprias missões religiosas que variavam sua localização ao sabor das oportunidades.

Com o declínio da economia das drogas do sertão e o arrefecimento das políticas de Pombal para a região, além do encerramento das atividades missionárias a partir de fins da década de 1750 que foram substituídas pelos diretórios de índios, que também fracassaram, a Amazônia mergulhou em um

processo de letargia que marcou o final do século XVIII e a maior parte da primeira metade do século XIX. Progressivamente, as regiões de ocupação mais periféricas do sistema foram abandonadas e mesmo as políticas de aculturação e inserção dos indígenas retrocedeu, levando muitas populações a abandonar os aldeamentos e retornar as suas formas mais antigas de vida.

Para o Vale do Madeira a situação foi aguda. A insalubridade ambiental e a inconsistência das práticas de ocupação e colonização dos espaços naturais determinou um período de dificuldades para os moradores e muitas regiões foram, simplesmente, abandonada até que as novas e prementes exigências dos mercados internacionais levou a uma ocupação de risco nas regiões mais insalubres e adversas. As necessidades de borracha forçaram as autoridades e os grandes proprietários a ocupar e colonizar mesmo as áreas mais adversas da Amazônia, mesmo que para isso tivessem que lançar mãos de uma série de estratégias coercitivas. Esse foi o caso, principalmente, do alto Madeira e do Guaporé, regiões de enorme hostilidade por parte das populações indígenas residentes e de grande adversidade ambiental.



Pelas de borracha cortadas, ao fundo barracão de seringueiros. Fonte; IBGE

A interiorização da produção da borracha foi um fenômeno da segunda metade do século XIX, mais intenso a partir do da década de 1870. Os primeiros seringais do alto Madeira pertenceram a grandes proprietários bolivianos, como ressalta Neville Craig²⁵. Essa região só seria integralmente inserida ao território nacional na década de 1860, após a assinatura do Tratado de Ayacucho entre Brasil e Bolívia.

A vida nos seringais do Madeira era extenuante e dominada, até finais do século XIX, por uma grande empresa aviamento (crédito) para a produção e comercialização da borracha, a *Suarez y Hermanos*. Nesse período, mesmo os melhores seringais locais estavam nas mãos de poderosos senhores bolivianos como Dom Pastor Oyola, Benigno Vaca Moreno e Urbano Melgar. Estes senhores trouxeram para a região populações indígenas bolivianas, já aldeadas e submetidas às formas mais terríveis de exploração nos seus seringais, onde um exército de homens produzia a riqueza da borracha. Na década de 1880, o Vale do Madeira já possuía uma considerável população, formada por mais de 70.000 pessoas que se dedicavam, principalmente, à produção da borracha²⁶.

Conforme explica Vitor Leonardi:

o extrativismo, por suas próprias características, é atividade que não pode ser pensada como se os seres humanos pairassem acima da natureza e do meio-ambiente, ou como se as populações amazônicas ribeirinhas não tivessem nada a ver com as características físico-químicas do solo no qual trabalham e com a qualidade da água do rio às margens do qual habitam! Essa tentativa de recolocar a sociedade - no plano teórico - na natureza,, da qual ela nunca esteve separada na realidade, é tarefa que alguns economistas já vêm tentando, com dificuldade, há algum tempo...²⁷

²⁵ Neville B. Craig. Estrada de ferro Madeira Mamoré. A história trágica de uma expedição. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1947.

²⁶ Cf.: Barão de Marajó. As regiões amazônicas. Estudos chorográficos dos estados do Gram Pará e Amazonas. Belém, Secretaria de Estado da Cultura, 1992. P. 130.

²⁷ Vitor Leonardi. Os historiadores e os rios. Natureza e ruínas na Amazônia brasileira. Brasília, paralelo 15, EDUNB, 1999. P. 15.

As preocupações com os vínculos entre a História Social das populações amazônicas e a temática ambiental cria uma percepção diferenciada de um antigo problema, levando a uma reflexão sobre as dimensões socioambientais das questões referentes ao extrativismo dessas populações e dos profundos vínculos entre as sociedades regionais e o meio-natural onde viveram.



Pesca do Pirarucu. Fonte IBGE

A economia da borracha atendeu às necessidades do mercado apoiando-se, apenas, no extrativismo pelo menos até a década de 1870. A significativa produção amazônica não levou os coronéis de barranco a prever alguma necessidade de organizar estruturas mais racionalizadas, baseadas no cultivo sistematizado da *Hevea brasiliensis* como, pouco mais tarde, fariam os ingleses em suas colônias, no extremo oriente. A produção constante, com amplas possibilidades de expansão das exportações, não exigia esforços e nem o pesado investimento de capitais em lavouras que iriam demorar mais de meia década a começar suas produções e garantir algum retorno aos investimentos. Por isso, o monopólio extrativista parecia natural e confiável. Entretanto, essa situação mudaria dramaticamente com a afirmação da indústria automobilística e o crescente uso de produtos feitos a partir da borracha. As novas situações do

mercado de produtos derivados da borracha exigia o controle do setor primário de produção da matéria prima. Assim, nos anos 1870, uma bem sucedida articulação entre o Royal Botanic Gardens, a Índia Office e o Jardim Botânico de Kew levaria a um empreendimento de sucesso a partir do contrabando de sementes de seringueiras e terras das florestas da Amazônia, que responderia pelo colapso da economia extrativista do látex amazônico no início da década de 1910. As sementes que foram levadas para a Inglaterra germinaram e as mudas foram cultivadas em fazendas do sudeste asiático. A produção cultivada arrefeceu os preços e possibilitou um maior controle dos setores empresariais sobre quantidade, qualidade e custo da borracha. Isto, entretanto, significou a ruína do modelo extrativista amazônico, pelo menos até a década de 1940, quando a conquista da Malásia pelos japoneses, durante a Segunda Grande Guerra Mundial, interrompeu a oferta do produto aos Aliados e levou a um súbito e efêmero surto de prosperidade na Amazônia.

O extrativismo da borracha nos seringais do Madeira teve características próprias como evidenciam viajantes que percorreram a região, sobretudo durante a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. O abastecimento desses seringais, ao que tudo indica, era feito, em grande parte, com o desenvolvimento de lavouras locais, adjacentes aos terrenos dos barracões e das casas residenciais. Assim, Craig nos apresenta os seringais pertencentes aos coronéis bolivianos Mercado, Arauz e Oyola como sendo prósperas propriedades onde:

Estes seringueiros levam a vida de fazendeiros ricos ou aristocratas rurais cercados - à moda dos barões medievais - por serviçais indígenas e suas famílias. Essa vida patriarcal é esplendida, em muitos aspectos. Tais homens são senhores absolutos de seus peões. Para eles são os melhores produtos da terra, a melhor caça, o pescado mais fino. Criam algum gado e plantam alguma coisa, mas só para atender o consumo local.²⁸

A mesma questão da produção local de gêneros agrícolas e mesmo de gado de corte para o abastecimento local é recorrentemente citada por Craig: “Arauz tinha vários alqueires de terras de culturas em Três Irmãos, algumas

²⁸ Neville Craig. Op. Cit. P. 223.

plantadas com milho – que já estava secando no pé – outros com arroz e os demais com iucas, bananas, etc.²⁹” A criação de gado era, também uma atividade capaz de garantir, pelo menos em parte, o abastecimento local. Ao visitar o seringalista Dom Santos Mercado, Craig fala sobre a alimentação do gado e das criações da propriedade:

Dom Santos Mercado possuía enormes plantações de bananas da terra e de outras qualidades, fincadas a intervalos de nove a doze metros com fileiras de cafeeiros entre elas.(...) Certa manhã surgiu defronte da porta da casa verdadeira montanha que continha vinte ou trinta carradas de bananas da terra. Primeiro levaram o gado para comer, depois os porcos e no fim do dia, pequena era a quantidade de bananas da terra no monte.³⁰



Colocação de seringueiro. Fonte:
<http://www.gentedeopiniaio.com.br>

²⁹ Idem. P. 230

³⁰ Idem. P. 235.

Por determinado tempo os seringais do Madeira produziram abundantemente e mantiveram sistemas de abastecimento interno variado, envolvendo a caça, pesca, coleta de ovos de tartarugas e frutos silvestres, além de uma agropecuária local que garantia o suprimento de gêneros de uso cotidiano a um grande percentual de moradores. Esse modo de vida particular difere, consideravelmente, daquele que é apresentado, tradicionalmente, como sendo o modo de vida característico dos seringais da Amazônia, onde as práticas agropastoris não eram evidentes sob nenhuma circunstância.

De qualquer forma, a abundância da caça e da pesca garantiu o abastecimento de populações ribeirinhas e sua quantidade impressionou Craig que em seu relato apresenta o seguinte depoimento: “Por todos os lados e em cima de nós havia caça em quantidade: araras, papagaios, periquitos e macacos pulando em bandos pelas árvores, nas águas pescado abundante.”³¹

A economia extrativista do século XIX e princípio do século XX foi considerada destrutiva e inviável por Araújo Lima.

A exploração do Amazonas reduz-se à obra ruinosa de ocupação destrutiva da região, formidável em seus recursos e suas reservas. (...) Agiram, a princípio, as grandes colunas de caucheiros, formados por índios - peruanos, bolivianos, venezuelanos ou colombianos – capitaneados por grã-senhores e a estes escravizados, as quais se deslocavam em grandes massas até pontos extremos do vale, na campanha selvagem de destruição das florestas de caucho (*Castilloa elastica*), cujo leite era extraído após a derrubada da árvore, até a última gota que pudesse ser aproveitada para manipulação do sernambi, modalidade mais valorizada da goma, ou de pranchas, menos cotadas para as vendas.³²

As considerações de Araújo Lima evidenciam avançado senso de responsabilidade para com o patrimônio natural representado pela floresta e suas riquezas naturais: “os nativos, ou mais acertadamente, os nacionais também se aventuravam, igualmente imprevidentes, embora menos depredadores, na faina de ocupação destrutiva da *hyloea amazônica*.”³³

³¹ Idem. P. 264.

³² Araújo Lima. Amazônia. A terra e o homem. 4ª edição, São Paulo, Editora Nacional, 1975. P. 73.

³³ Idem. P. 74.

Por conta das exportações da borracha e em função da assinatura de um tratado diplomático com a Bolívia, conhecido como Tratado de Petrópolis (1903), o governo brasileiro deu início a um dos mais espetaculares empreendimentos da modernidade na Amazônia, a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que levaria ao surgimento de duas cidades expressivas ao longo de seus trilhos, mas que provocaria morte e danos irreparáveis às populações indígenas locais e aos trabalhadores contratados para o empreendimento. A ferrovia surgiu para contornar os obstáculos representados pelas 23 cachoeiras dos rios Madeira e Mamoré. Ela deveria servir de escoadouro para a produção da borracha do alto Madeira, do Mamoré e Guaporé e, principalmente, atender às necessidades de transporte da produção agro-extrativista da Bolívia, privada de seus portos marítimos devido às perdas territoriais para o Chile e o Peru.



Fabricação da manteiga de tartaruga. Uma das atividades que se desenvolveu no rio Madeira. Gravura de Alexandre Rodrigues Ferreira

8 OS SÉCULOS XX E XXI: DA EFMM, GARIMPOS E NOVAS TENTATIVAS DE COLONIZAÇÃO ÀS USINAS HIDRELÉTRICAS DO MADEIRA.

As primeiras tentativas de construção da ferrovia datam da década de 1870 e foram marcadas pela tragédia humana nos vales do alto Madeira e do Mamoré. Esse empreendimento redundou no mais completo fracasso, com a perda de centenas de vidas e com a falência dos investidores e empreiteiros.

A obra só seria retomada em 1907, quando o empresário norte-americano Percival Farquhar contratou os serviços da empreiteira May - Jekill and Randolph para a construção da estrada de ferro. O ponto inicial foi deslocado de Santo Antônio do Madeira para uma área situada 7 km abaixo de Santo Antônio, onde seria erguida a cidade de Porto Velho. As obras levariam 5 anos para serem concluídas e iriam requerer a força de trabalho de, aproximadamente, 22.000 operários das mais variadas nacionalidades. Deste total, aproximadamente 6.500 trabalhadores pereceram na região vitimados pela insalubridade ambiental. As selvas do Madeira cobraram um alto preço ao serem devassadas pelos trilhos da ferrovia. Ao longo do eixo ferroviário, foram erguidas duas cidades que, até os anos 1970, eram as únicas do antigo Território de Rondônia: Porto Velho, a capital e, Guajará-Mirim. Contudo, diversos distritos ferroviários e agrícolas ergueram-se ao longo dos trilhos e definiram uma ocupação humana diferenciada daquelas motivadas pelas economias extrativistas. Dentre essas povoações destacaram-se o Jaci-Paraná, Mutum-Paraná, Iata, Poço Doce e Abunã.



Seringueiros do rio Madeira. Fonte:
www.skyscrapercity.com/showthread.php?p=10753867

A ferrovia possibilitou a criação de uma identidade própria ao território compreendido entre os vales do Madeira e do Mamoré e essa identidade foi uma das bases para a criação futura do Território Federal do Guaporé, posteriormente, Rondônia.

Os trabalhos de construção e o funcionamento da EFMM determinaram novos rumos para toda a região. A ocupação humana passou a ser permanente e as adversidades ambientais finalmente passaram a ser enfrentadas com medidas eficazes como a construção dos Hospitais da Candelária e São José. A economia local manteve, pelo menos até a década de 1950, sua vinculação com a produção de borracha, passando por períodos de maior euforia e por temporadas prolongadas de crise e escassez. Por outro lado, a produção agrícola e a pecuária passaram a receber maior atenção por parte do poder público e a formação das primeiras colônias agrícolas definiu novos rumos para a produção e abastecimento locais. Por fim, a EFMM assegurou a constituição de economias urbanas e a formação de um mercado interno incipiente que exigiu preocupações governamentais no tocante à comunicação com o restante do país e a consolidação de políticas modernas referentes à saúde pública, educação, abastecimento, etc.

As obras da EFMM implicaram em uma grave crise ambiental, na medida em que os ecossistemas sofreram sua maior alteração causada, até então, pela ação antrópica. A drenagem de pântanos e a transformação de extensas áreas de floresta em povoados e cidades provocou uma verdadeira pandemia de malária e uma série de violentas epidemias de diversos males tropicais. A região era tida como sendo infernalmente habitada por hostes de insetos que atormentavam a vida dos colonizadores. As moscas eram, de longe, a pior das pragas cotidianas e não davam um minuto de trégua aos

trabalhadores da ferrovia ou aos colonos e seringueiros que migravam para o vale do Madeira. Neville Graig escreveu que:

As moscas logo descobriram que estávamos invadindo seus domínios e tal foi a carga que sobre nós desfecharam que quase perdemos a esperança de terminar nosso trabalho. Era, de fato, tão grande a nuvem desses insetos sobre nós que nem se podia dizer de que cor eram as nossas roupas, e mesmo quando trabalhávamos, continuávamos cobertos por um manto vivo de moscas da cabeça aos pés.³⁴

Em meio a todo este vasto panorama de exploração e colonização dos espaços amazônicos, invisíveis aos olhos ávidos por riquezas dos aventureiros, militares, catequistas e administradores, escondiam-se microscópicas criaturas, bactérias, vírus e parasitas, capazes de infectar os organismos daqueles que invadiam os espaços verdes, sombrios e úmidos das selvas e dos pântanos da região e provocar assim, seríssimos danos a seus hospedeiros ou, ainda pior, espalharem-se velozmente, provocando verdadeiras epidemias.³⁵

³⁴ Neville Craig. Op. Cit. P. 113.

³⁵ Marco Antônio Domingues Teixeira. Mortos, dormentes e febris: um estudo sobre o medo, a morbidade e a morte nos vales do Guaporé, Mamoré e Madeira, entre os séculos XVIII e XX. In: Porto Velho conta a sua história. SEMCE, Porto Velho, 1998. P. 113.



Construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Foto de Dana Merrill

Além dos mosquitos, as formigas eram outra categoria de insetos que atormentavam a vida dos trabalhadores e sua presença era causa de grande aborrecimento e dificuldades para os operários.

São muitas e suas variedades e, quanto ao tamanho, vão desde proporções microscópicas, até cerca de 37 mm. Pupulam sobre o solo, sobem pelos cipós e pelas árvores, atacam as vitualhas, as roupas, tudo enfim. Possuem, além disso, a característica comum a quase todos os insetos do país: picam. Existe determinada espécie, que felizmente é bastante rara, cuja mordedura passa por ser venenosa. Tem quase três centímetros de comprimento, o corpo aveludado e uma cabeça enorme. Outra variedade muito menor em tamanho, mas numerosíssima, em compensação, causa-nos mais incômodos que todas as outras reunidas. A picada não causa inflamação, mas parece um choque elétrico que faz o corpo todo vibrar.³⁶

³⁶ Idem. P. 215.

Além dos insetos e dos transtornos que causavam, a região sempre foi tida como a mais insalubre do mundo. As doenças tropicais eram conhecidas pelos colonizadores desde o seu primeiro contato com a região. Quando os operários aportaram em Santo Antônio para dar início às obras de construção da EFMM, foram imediatamente vitimados pela malária e por uma série de outros males tropicais, tais como a leishmaniose, escorbuto, beribéri, tifo, febre amarela, varíola, sarampo, verminoses diversas, tuberculoses, pneumonias, diarreias e outros males.

A outra face dos males locais, marcadamente resultantes de um total desconhecimento das características ambientais locais eram as diversas doenças que assolavam os viajantes, exploradores, missionários e colonizadores do vale do Madeira e de seus afluentes. Tais doenças eram endêmicas da região e as populações indígenas conviviam com elas sem maiores problemas. Entretanto, com o advento da colonização portuguesa e das ações exploratórias posteriores, essas doenças tornaram-se o maior flagelo ambiental e responderam pela incrível adversidade enfrentada pelas populações que para a região se deslocavam. Muitas das doenças regionais eram resultado das movimentações humanas entre diversas regiões e eram desconhecidas e potencialmente letais para os povos indígenas locais. Dentre elas estavam as febres catarrais e pulmonares, a varíola, febre amarela, e outras. A malária era endêmica, mas as empreitadas de desmatamento e ocupação das áreas ribeirinhas por seringueiros, missionários e ferroviários fez com que fosse rompido o equilíbrio natural e o mal se transformou na principal causa de morte regional.

Uma doença em especial era tida como o pior dos males da região. Tratava-se do *maculo* ou *corrupção*, um mal infecto-contagioso trazido da África pelos escravos que vinham para as minas do Guaporé. Era semelhante ao ebola e ao marburgo que provocaram devastações recentes entre as populações de Angola e Congo. A doença era caracterizada por uma febre hemorrágica intensa, acompanhada de uma incontrolável diarreia que causava o relaxamento do esfíncter anal e provocava fortes dores e morte certa. Seu tratamento era tão

assustador quanto a doença. Os viajantes aplicavam um clister de erva do bicho, cachaça, urtigas diversas, pólvora, limão e pimentas sobre o reto do paciente. Acreditava-se que se houvesse reação à dor haveria chance de cura. Um dos governadores da Capitania do Mato Grosso, João de Albuquerque, chegou a morrer vítima da doença. As narrativas do viajante francês Francis Castelnau, contidas em seu livro “Expedição às regiões centrais da América do Sul”, dão a exata dimensão do pavor causado pelo maculo:

Esta doença é conhecida na região pelo nome de corrupção, é uma febre atoxoadinâmica. Manifesta-se principalmente no começo e no fim da estação chuvosa, atacando principalmente a classe miserável da população, passa por um período de incubação longo, de oito a quinze dias após o qual, subitamente se manifesta pelos seguintes caracteres: forte dor na região occipital, febre contínua, pulso duro e cheio, sintomas a que finalmente se segue uma profunda letargia que pode ir até a perda dos sentidos e de qualquer capacidade de movimentos. Durante a fase final o esfíncter anal se relaxa de tal maneira que é possível introduzir a mão dentro do intestino. Nos casos fatais estes sintomas persistem, sobrevivendo a morte, geralmente, no terceiro dia da moléstia.³⁷

As doenças atacaram permanentemente os trabalhadores da ferrovia e, ao longo dos tempos, o conjunto dos moradores do vale do Madeira em geral e da cidade de Porto Velho em específico. Em seu conjunto, elas revelam os graves quadros do desequilíbrio ambiental provocados pela colonização.

Durante as obras da ferrovia, as péssimas condições sanitárias responderam por diversos surtos epidêmicos. A localidade de Santo Antônio era, de longe, a área mais afetada pelos males tropicais. O Dr. Oswaldo Cruz considerava que essa situação advinha das péssimas condições sanitárias e do descaso governamental pelas necessárias obras de saúde pública.

A vila não tem esgotos, nem água canalizada, nem iluminação de qualquer natureza. O lixo e todos os produtos da vida vegetativa são atirados nas ruas, se merecem este nome vielas esburacadas que cortam a infeliz povoação. Encontram-se colinas de lixo apoiadas a paredes de habitação. Grandes buracos no centro do povoado recebem

³⁷ Francis Castelnau. Expedição às regiões centrais da América do Sul. Belo Horizonte, Itatiaia, 2000. P. 436.

as águas das chuvas e das enchentes do rio e transformam-se em pântanos perigosos donde se levantam aluviões de anofelinas que espalham a morte por todo o povoado. O gado é abatido em plena rua, à carabina e as porções não aproveitadas são abandonadas no próprio local em que foi a rês sacrificada, fazendo um lago de sangue. Tudo apodrece junto às habitações e o fétido que se desprende é indescritível. A população infantil não existe e as poucas crianças que se vêm têm a vida muito curta.³⁸

Com o declínio da borracha, a EFMM entrou em decadência e o Vale do Madeira passou por mais um período de letargia, típico de toda a Amazônia durante as fases de extrativismo. A situação só viria a mudar com o advento do Regime Militar de 1964 e os investimentos dos governos dos presidentes gerais que estimularam a ida de enormes contingentes humanos para a região. Porto Velho, que em 1972 tinha 40.000 habitantes, saltou para mais de 350.000 moradores em 2000. O mesmo aconteceu com todas as comunidades do Vale do Madeira e do Mamoré, onde os garimpos de cassiterita, ouro e pedras preciosas exerceram uma incrível atração sobre levas de brasileiros desempregados ou às margens da sociedade em seus locais de origem.

Ao longo do século XX, a região do alto Madeira foi palco de inúmeros surtos desenvolvimentistas. As atividades econômicas impulsionaram, por diversas ocasiões, a migração de consideráveis massas humanas de diversas partes do país. Entretanto, em todas as situações, os projetos de desenvolvimento eram meramente circunstanciais e a região, diferentemente do eixo rodoviário da Br 364, nunca viveu um período estável de prosperidade. As atividades econômicas que impulsionaram a região sempre foram ligadas a formas mais ou menos destrutivas de extrativismo e as populações residentes oscilaram em função das oportunidades. Nesse contexto situam-se os garimpos de ouro e de cassiterita, a pesca comercial e a indústria madeireira.

Em situação vantajosa, entretanto, ficou a cidade de Porto Velho, onde o grande número de funcionários públicos manteve em relativo equilíbrio a economia local, mesmo durante os prolongados anos de crise após o

³⁸ Oswaldo Cruz. Considerações gerais sobre as condições sanitárias do rio Madeira. Rio de Janeiro, Papelaria Americana, 1910. Pp. 11 e 12.

encerramento das obras da hidrelétrica de Samuel e o fim das atividades de mineração.



Porto Velho em 1910. Foto de Dana Merrill

Guajará-Mirim e os diversos distritos do alto Madeira não tiveram a mesma sorte e mergulharam em uma longa decadência, ao contrário do que aconteceu com as localidades situadas ao longo do eixo das rodovias 364, 429 e 399 que mantiveram o impulso econômico em função do desenvolvimento de suas lavouras e da pecuária.

Entretanto, é de se notar que todas as localidades do eixo Madeira-Mamoré vivenciaram períodos de maior ou menor prosperidade em função de momentos específicos da economia extrativista e da preponderância de um quadro de abastecimento agropastoril local. Assim, quando a região deixou de ser abastecida pela Madeira and Mamoré Railway Company, após a saída dos norte americanos na década de 1930, um período de relativo desenvolvimento das atividades econômicas intra-regional foi experimentado por todas as localidades do eixo-ferroviário.

Durante os anos 1930, a criação das colônias locais de abastecimento agrícola trouxe segurança e continuidade no abastecimento regional de gêneros de primeira necessidade e movimentou uma economia interna que se animava com a retomada das atividades dos seringais e que, ao mesmo tempo, necessitava de uma produção agropastoril contínua, capaz de abastecer os dois mercados urbanos que se expandiam em Porto Velho e em Guajará-Mirim.

Entre as décadas de 1960 a 1990, foram os garimpos que empolgaram a economia local, primeiramente, o de cassiterita, posteriormente, o de ouro. A mineração sempre agiu como um ímã poderoso para atrair populações aos locais em que ocorre o surto minerador. Contudo, tais surtos são, na maior parte dos casos, de duração efêmera e circunstancial.

Os garimpos do Madeira atraíram milhares de pessoas para as regiões localizadas entre Santo Antônio e Guajará-Mirim. Povoados surgiram da noite para o dia e a economia regional viveu um período de intensa euforia. Centenas de dragas e balsas foram lançadas ao rio e a prospecção revolveu o leito do rio com técnicas antiquadas e ineficientes. As autoridades federais ou o próprio governo de Rondônia nada fizeram para administrar minimamente a questão ambiental e controlar os danos que a prática da mineração envolvia. Nas margens dos rios o acúmulo de lixo, dejetos e ferramentas do garimpo ainda pode ser claramente percebido.

A corrida pelos metais preciosos desencadeou uma intensa migração para os territórios de garimpo e os danos ambientais, provocados tanto pela devastação das margens dos rios e das novas áreas de ocupação e colonização, quanto pelo derrame de metais pesados no leito do rio Madeira ou pela abertura de clareiras e de crateras nas áreas de mineração de cassiterita nunca foram completamente avaliados.

Gomes et al ressaltam que:

O transporte de Hg (mercúrio) adsorvido aos sólidos em suspensão na bacia do rio Madeira, oriundo das atividades de garimpagem de ouro, da erosão dos solos marginais e da queima de floresta, tem sido o foco das discussões sobre a dinâmica e disponibilidade do Hg na bacia do rio

Madeira. (...) Entretanto, ainda não há referências de estudos sobre um modelo de distribuição espacial dos sólidos em suspensão relacionando-os com a distribuição de Hg na bacia do rio Madeira. (...) Os valores médios de Hg adsorvidos aos sólidos em suspensão no Alto rio Madeira variaram de 5,67 a 247,02 $\mu\text{g.kg}^{-1}$. Esses valores estão acima dos encontrados por Maurice-Bourgoin et al. (2000) no rio Beni (2-8 $\mu\text{g.kg}^{-1}$) e no rio Madeira (10 $\mu\text{g.kg}^{-1}$) no final da década de 1990.³⁹



Porto Velho, 1910, Foto de Dana Merrill.

A situação de contaminação dos mananciais por metais pesados foi mais grave durante os períodos de mineração do ouro na bacia do Madeira de acordo com pesquisas desenvolvidas pelos professores do Laboratório de Biogeoquímica Ambiental, Fundação Universidade Federal de Rondônia, UNIR:

Durante a intensa mineração de ouro na região, a perda de Hg no processo chegou a atingir de 40% a 45% do total utilizado lançado diretamente no rio Madeira, e o restante do Hg sublimava para a atmosfera na ordem de 55% a 60% (Pfeiffer & Lacerda, 1988). Uma vez que a deposição da maior parte do Hg atmosférico originado em

³⁹ J. P. de O. Gomes, E. L. do Nascimento R. de Almeida, W. R. Bastos, J. V. E. Bernardi & P. R. H. B. de Barros. Distribuição espacial das concentrações de mercúrio em sólidos em suspensão no alto rio Madeira, Rondônia. P. 132. Disponível em: <http://www.rimaeditora.com.br/JBSE/Vol1Num2/V2%20N14.pdf>

garimpos na Amazônia ocorre a cerca de 20 a 40 km da fonte (Lacerda et al., 2004), é provável que a maior parte do Hg perdido para a atmosfera em Rondônia tenha sido depositada nesses solos marginais de florestas. E atualmente, com o intenso uso da terra, esse Hg estaria sendo disponibilizado para os cursos d'água.⁴⁰

Na mesma medida em que esses garimpos surgiram, atraindo milhares de trabalhadores e suas famílias, eles se desativaram e deixaram em seu rastro somente a poluição e um dos mais violentos impactos ambientais já experimentados pela região, tanto nas áreas de mineração quanto nas áreas urbanas que cresceram sem nenhum tipo de planejamento ou infra-estrutura. Ao lado disso e de forma complementar à devastação, os garimpos destruíram mananciais, áreas de reprodução de diversos grupos de animais da fauna do Madeira, outros tantos foram abatidos e comercializados através da caça ilegal, então, completamente fora de controle.

A mineração do ouro de aluvião no Madeira deixou um grave rastro de destruição e de contaminação, que ainda não cessou seus efeitos e que de acordo com os estudos conduzidos por Gomes et al, pode estar associado às queimadas de florestas e de campos para a introdução de lavouras como a soja:

Mesmo com a significativa redução nos lançamentos de Hg provenientes das atividades de mineração de ouro na região, o Hg continua sendo transportado pelos sólidos em suspensão no Alto rio Madeira, principalmente nas áreas em torno dos principais afluentes, rios Jaci-Paraná e Mutum-Paraná. Esta contribuição de Hg proveniente dos principais tributários pode estar relacionada às intensas práticas agropecuárias, como a queimada de florestas e o avanço da produção de soja, resultando no aumento da erosão dos solos marginais.⁴¹

Por fim, a crise desse mesmo garimpo produziu uma última catástrofe ambiental, na medida em que os contingentes de migrantes que se voltaram para este empreendimento ficaram excluídas de qualquer inserção social e econômica após a proibição das atividades mineradoras no leito do rio, no início dos anos 1990, durante o governo Collor de Mello. Milhares de garimpeiros e suas famílias

⁴⁰ Idem. P. 133. Disponível em: <http://www.rimaeditora.com.br/JBSE/Vol1Num2/V2%20N14.pdf>

⁴¹ Idem. P. 135. Disponível em: <http://www.rimaeditora.com.br/JBSE/Vol1Num2/V2%20N14.pdf>

estabeleceram-se nas periferias de Porto Velho, criando bairros “da noite para o dia”. Essas novas áreas de moradia não receberam nenhum tipo de tratamento ambiental ou sanitário. Desmataram áreas de cabeceiras, contaminaram os lençóis freáticos, aumentaram enormemente as queimadas urbanas e ampliaram horizontalmente o diâmetro da área urbana do município.



Atividade de mineração de ouro, com dragagem do rio Madeira.

Fonte: edgardmagalhaes.blogspot.com/2007/09/at-parec...

A população residente careceu de toda e qualquer iniciativa dos poderes públicos para a realização de um controle efetivo das endemias locais. Doenças sexualmente transmissíveis, além de outras como a malária e a dengue grassaram nessas regiões em proporções epidêmicas. Ao lado de tudo isso, esses grupos ainda ficaram a mercê de toda sorte de violência urbana e dos efeitos perniciosos da exclusão social.

Entregues à própria sorte, como sempre estiveram desde os tempos das atividades dos garimpos, tais populações padeceram pela incapacidade governamental de planejar e administrar a exploração dos recursos naturais. Tal fenômeno continua a se repetir indefinidamente e o exemplo do garimpo de diamantes da Reserva Roosevelt é só um dentre os mais recentes. Mesmo com o

rigor da legislação ambiental e a incômoda pressão de organismo e instituições nacionais e estrangeiras, as preocupações ambientais pouco têm representado na realização das políticas públicas e nas decisões administrativas, sociais e econômicas das sociedades estabelecidas ao longo das margens do Madeira.

Após os surtos mineradores que se estenderam dos anos 1950 a 1990, e coroando este século de destruição ambiental, teve lugar à “arrancada” da indústria madeireira que devastou as florestas e deixou um caminho de fogo e cinzas em todo o estado e, de forma significativa, atingiu o vale do Madeira. A situação configura-se como alarmante e não tem sido controlada até o presente momento, mesmo diante da intensificação de medidas severas anunciadas pelo governo federal através do IBAMA. Rondônia possui o segundo lugar no ranking de desmatamento da Amazônia, sendo superado apenas pelo Pará. Segundo dados apresentados por Rocha e Bacha, a indústria madeireira respondia, em 1989 por 60% dos produtos industriais de Rondônia.⁴² Segundo esses mesmos autores, as causas da expansão do setor industrial madeireiro em Rondônia na década de 80 são similares às de outros estados da Amazônia. A expansão da malha rodoviária foi um dos fatores que estavam por trás desse crescimento.⁴³ Em Rondônia, a década de 1980 caracterizou-se como o período de pavimentação da Br 364 e de abertura de outras rodovias como a Br 429, além da finalização das obras da rodovia Br 319 que foi construída para responder pela ligação entre Porto Velho a Guajará-Mirim após a extinção da EFMM.

O avanço do desmatamento foi agravado nas décadas posteriores e contou com o apoio e conivência de autoridades municipais e estaduais. Diante da pressão por madeira tanto bruta quanto beneficiada, nem mesmo as áreas de proteção ambiental e as reservas indígenas foram poupadas. No conjunto das áreas de proteção ambiental mais afetadas na região do Madeira figuram: o Parque Estadual de Candeias, com 68% (cerca de 58km²) de sua área

⁴² Daniela de Paula Rocha e Carlos José Caetano Bacha. A evolução do setor industrial madeireiro em Rondônia e a exploração dos recursos florestais. P. 2. Disponível em: http://www2.fgv.br/ibre-cea/publicacoes/arg/art_eco_florestal_01.pdf

⁴³ Idem .P. 2.

desmatada, e sendo devastado a um ritmo anual de 1,4%; a Floresta de Rendimento Sustentado do Abunã (Florsu Abunã) com área total de 507 km² e com uma área de desmatamento de 48% de seu território e um índice de desmatamento de 3,9% ao ano para o período de 2001 a 2004.⁴⁴ Segundo Ribeiro, Veríssimo e Pereira:

As Unidades de Conservação estaduais de Rondônia tiveram as maiores taxas anuais de desmatamento entre 1997 a 2004, enquanto as Terras Indígenas apresentaram as menores taxas nesse período. Em uma posição intermediária encontram-se as Unidades de Conservação federais. As taxas anuais de desmatamento das Unidades de Conservação estaduais e federais têm aumentando desde 1997, enquanto a das Terras Indígenas se mantém praticamente constante.⁴⁵

Embora se tenha verificado uma redução do número de madeireiras em operação no estado de Rondônia a partir dos anos 1990, a ação predatória passou a abranger muitas áreas de reservas e de proteção ambiental. Segundo Rocha e Bacha:

O avanço do desmatamento e a falta de exploração sustentável têm feito as serrarias desativarem suas plantas e migrarem para outras regiões. Com isso, o número de serrarias em Rondônia diminuiu de 781 em 1987 para 535 em 1994 e 180 em 1997. De outro lado, tem havido grande crescimento de empresas moveleiras.⁴⁶

O furor do desmatamento tem sido incontido em todo o estado de Rondônia. Rocha e Bacha apresentam dados para o período que vai de 1983 a 1997:

Dos estados pertencentes à Amazônia Legal, o de Rondônia é o que vem apresentando a mais rápida taxa de desmatamento. Entre os anos de 1983 e 1985, a área desmatada do estado elevou-se, em percentuais da área total, de 5,74% para 11,38%, respectivamente (Fearnside & Salati, 1985; Fearnside, 1982; Fearnside, 1991; Fearnside, 1984; e, Mahar, 1990). Em 1996, o equivalente a 22,5% da área total do estado

⁴⁴ Beatriz Ribeiro, Adalberto Veríssimo, Kátia Pereira. O Avanço do Desmatamento sobre as Áreas Protegidas em Rondônia. P. 2.

Disponível em:

http://www.ufra.edu.br/pet_florestal/downloads/desfloestamento%20em%20UCS%20Rondonia.pdf

⁴⁵ Idem. P. 3. Disponível em:

http://www.ufra.edu.br/pet_florestal/downloads/desfloestamento%20em%20UCS%20Rondonia.pdf

⁴⁶ Daniela de Paula Rocha e Carlos José Caetano Bacha. Op. Cit. P.4. Disponível em:

http://www2.fgv.br/ibre-cea/publicacoes/arg/art_eco_florestal_01.pdf

estava desmatada (SEDAM, 1997). As informações do INPE indicam que, em 1997, cerca de 25,3% da área total do estado estava desmatada.⁴⁷

Já, Warner Bento Filho apresenta dados recentes, divulgados pelo IBAMA em junho de 2008:

Que tem por título: "O fim da floresta? A devastação das unidades de conservação e terras indígenas no Estado de Rondônia", o documento revela um quadro de descontrole que já permitiu o desaparecimento de quase metade da cobertura florestal do Estado (44,33%) e que ameaça gravemente florestas nacionais, reservas extrativistas e outras áreas.⁴⁸

Com o advento do século XXI, as perspectivas para o Vale do Madeira, suas populações e seus ecossistemas sofreram grandes alterações, pois a região que mergulhara em uma profunda estagnação na década anterior, viu iniciar outro novo surto desenvolvimentista. Trata-se agora dos preparativos para a construção das Usinas Hidrelétricas do Madeira em Santo Antônio e do Jirau. Inseridas no PAC, as obras das Hidrelétricas anunciam um investimento superior a vinte bilhões de reais. Trata-se de uma obra que em proporções supera a grandiosidade da EFMM. Novamente a modernidade se anuncia nos confins da Amazônia. As expectativas de migração são discutidas por especialistas das mais variadas tendências. Enquanto os empreiteiros das Hidrelétricas falam em algo em torno de 30.000 pessoas, setores ligados aos movimentos ambientalistas e grupos intelectuais anunciam que essa cifra pode chegar a mais de 100.000 pessoas que, atraídas por promessas de emprego e bons negócios, já começam a desembarcar em Porto Velho.

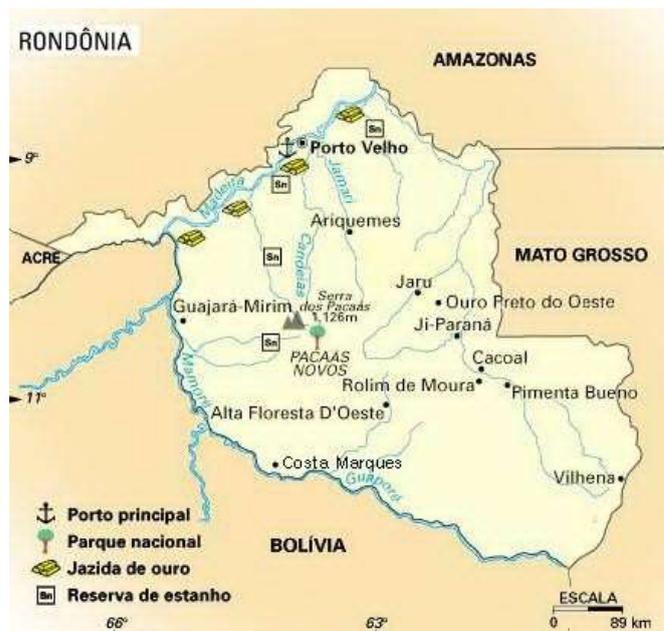
A cidade se prepara eufórica para esses novos tempos, alheia a qualquer discussão mais séria em torno da problemática ambiental e dos destinos de seus ricos e delicados ecossistemas tropicais.

Estão sendo construídos, em Porto Velho, aproximadamente 50 edifícios residenciais e comerciais de grande porte e, ainda, dois *Shopping Centers* que deverão atender às necessidades de consumo de uma nova classe média que

⁴⁷ Idem. P. 5. Disponível em: http://www2.fgv.br/ibre-cea/publicacoes/arg/art_eco_florestal_01.pdf

⁴⁸ Disponível em http://groups.google.com/group/GUARDAPARQUES/browse_thread/thread/b1a1af45b4282873

está em formação. Os empregos são anunciados e as discussões na imprensa e nos setores produtivos ressaltam otimismo diante desse futuro imediato e dourado. A cidade, febril em seus preparos para sua nova estréia nos contextos da atualidade capitalista, pouco faz conta dos custos e dos danos que seus ecossistemas e seu patrimônio natural poderão sofrer.



Mapa das principais áreas de mineração de ouro no rio Madeira.

Fonte: edgardmagalhaes.blogspot.com/2007/09/at-parec...

As Hidrelétricas têm provocado acirrados debates, muitos são contra e seus motivos são válidos. A capital ficará a apenas 6 km abaixo de uma das maiores barragens do Brasil, o meio ambiente será inevitavelmente alterado, espécies de plantas e animais irão desaparecer, outras serão afetadas pelas barragens e pelas enormes turbinas das hidrelétricas, doenças infecto-contagiosas prometem se multiplicar como nos tempos da ferrovia, o custo de vida tende a sofrer considerável alta. Especula-se sobre a falta de moradias para atender a toda demanda e sobre a elevação descontrolada dos preços da construção civil. Cientistas sociais alertam para o aumento dos casos de prostituição, tráfico de

drogas e criminalidade em uma região que já é, potencialmente explosiva do ponto de vista social. A tudo isso, o coro das vozes de ambientalistas, intelectuais e de diversos outros segmentos da sociedade acrescenta o grave problema dos danos aos ecossistemas locais, tanto nas florestas e pântanos, quanto no próprio rio.

Por outro lado, populações periféricas de Porto Velho, cronicamente desempregadas e excluídas dos benefícios da sociedade de consumo, sonham com empregos nos canteiros de obras ou nos quadros das empreiteiras e das concessionárias. A esses não se tem o que perguntar sobre ser contra ou a favor das hidrelétricas. Como recusar uma oferta de trabalho e inclusão social, mesmo que ao custo da devastação da maior floresta tropical do planeta? Fica evidente, após o sucesso retumbante da campanha desencadeada pelos empresários locais, denominada "usinas já", junto à população local, que a sociedade, esgotada por mais de uma década de profunda recessão econômica, exclusão social e queda dos padrões de vida espera viver um novo tempo de prosperidade.

Muitos, notadamente os grupos ambientalistas e intelectuais questionam, de forma correta, a que preço se fará tal desenvolvimento. Entretanto, as periferias da cidade vibram com a nova era de empregos e fartura e concluem que, mesmo a um custo elevado, o momento presente lhes é propício e lhes garante inclusão social e segurança salarial. Tal situação não era vivenciada por essas camadas sociais desde o esgotamento dos garimpos de ouro e cassiterita e do término das obras da UHE Samuel. Para esse segmento, pouco irá importar o futuro da floresta e do rio. Ela própria foi alvo de pouca ou nenhuma consideração por parte desses mesmos grupos que lutam pela preservação ambiental e falam, acertadamente, sobre os graves efeitos que esse progresso fugaz poderá causar.

De acordo com Tavares:

O projeto do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira é composto por duas usinas de grande porte: UHE Jirau (3.300 MW) e UHE Santo Antônio (3.150 W). (...) A importância destas usinas está assinalada nos estudos da EPE e mostram que por volta de 2010 – 12, o país estará sob risco de escassez de eletricidade. O equilíbrio só será garantido com as obras das usinas de Jirau e Santo Antônio no Madeira. O problema maior é saber se existem condições políticas, ambientais e financeiras para a construção do empreendimento que faz parte do Programa de

Aceleração do Crescimento (PAC) e o êxito do programa como um todo depende assim do planejamento e ampliação da capacidade de infraestrutura.⁴⁹

As obras têm um custo estimado em torno de R\$18.400.000.000,00 (dezoito bilhões e quatrocentos milhões de reais). Tomando-se a estimativa de que a EFMM teria custado o equivalente a 28 toneladas de ouro e partindo-se do custo de R\$35.000,00 para o quilo deste metal, as hidrelétricas teriam um custo mais de 18 vezes superior ao custo da ferrovia que teria representado um gasto correspondente a R\$980.000.000,00 (segundo valores para o ouro em agosto de 2008).

As obras das hidrelétricas do Madeira representam um dos mais vultosos investimentos do PAC e destinam-se a assegurar a continuidade do abastecimento de energia elétrica às regiões mais industrializadas do país, rompendo com décadas de contenção do desenvolvimento industrial em função das limitações energéticas.

Ainda utilizando os estudos de Tavares, podemos perceber que:

Além das usinas de Jirau e Santo Antônio adicionarem ao sistema potência de 6.450 MW, ampliando, consideravelmente, a oferta nacional de eletricidade, ocorrerá uma ampliação física-geográfica do Sistema Interligado Nacional (SIN) com a construção de novas linhas de transmissão que ampliarão e melhorarão a distribuição regional e nacional de energia elétrica. Trata-se do que Casto denominou por avanço da fronteira elétrica, diminuindo o Sistema Isolado e os gastos com o encargo do CCC, que é um subsídio utilizado para diminuir o custo das tarifas das termoeletricas da região amazônica.⁵⁰

As obras têm alimentado acirradas discussões dos segmentos ambientalistas e grupos de atuação social relevantes como o MAB (Movimento do Atingidos por Barragens), ONGs ambientalistas e de Direitos Humanos, além da

⁴⁹ Felipe Botelho Tavares. A posição estratégica do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira para o setor elétrico brasileiro II Seminário internacional de reestruturação e regulação de energia elétrica e gás natural – GESEL – UFRJ. Pp.: 2 e 3. Disponível em: http://www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/seminariointernacional2007/artigos/pdf/felipebotelhotavares_aposicaoestrategicadoriomadeira.pdf

⁵⁰ Idem. P. 3. Disponível em: http://www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/seminariointernacional2007/artigos/pdf/felipebotelhotavares_aposicaoestrategicadoriomadeira.pdf

entrada em cena das autoridades do vizinho Estado da Bolívia, uma vez que a sub-bacia do Madeira tem seus formadores originados em terras bolivianas. Segundo Jucá:

A recente concessão pelo IBAMA da Licença Ambiental prévia para as obras de Santo Antônio e Jirau, demonstra que a consecução das obras é irreversível. A questão alimenta paixões ambientalistas, divergências políticas e debates científicos. Envolve interesses de grandes corporações nacionais e mundiais.⁵¹



O primeiro grande impacto de desmatamento nas selvas do Madeira foi concretizado com a construção da EFMM. Foto de Dana Merrill.

A indiscutível importância das obras para o Brasil, para a Amazônia e para Rondônia é de reconhecimento geral e só nas discussões mais apaixonadas pode ser ignorada. Juca ressalta que:

51 Kenzo Jucá. Hidrelétricas Santo Antônio e Jirau e bacia hidrográfica do Madeira: Risco e precaução ambiental no estado do Acre. P. 3. Disponível em: http://www.enlacers.com.br/textos/bacia_madeira_acre_kenzo.doc

As usinas também são importantes para o processo de definições globais sobre o futuro da Amazônia e o uso de seus recursos naturais, especialmente quando destacamos a “repercussão das decisões setoriais sobre as opções sociais globais no uso dos recursos amazônicos” (MONOSOWSKI, 2006 In AB’SABER; 2006; 124).⁵²

Contudo, os estudos sobre as reais dimensões dos impactos socioambientais são questionados por autores de diversas tendências como ressalta Jucá:

A maioria das informações disponíveis sobre a extensão dos impactos sócio-ambientais, por exemplo, são incompletas ou insuficientes e não abrangem todo o território da sub-bacia hidrográfica do rio Madeira. O Termo de Referência, que orientou os Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), peças principais do licenciamento, não englobam toda a área da sub-bacia (IBAMA, 2006; RONDÔNIA, 2006), que banha parcialmente territórios de quatro municípios do Acre (Acrelândia, Brasília, Xapuri e Plácido de Castro).⁵³

Segundo os setores ambientalistas e mesmo autoridades do IBAMA e membros do CONAMA, a dimensão dos impactos parece ser subestimada pelas construtoras e pelas empresas vencedoras da licitação. Por outro lado, setores favoráveis às hidrelétricas afirmam que ONGs ambientalistas e representações sociais dos grupos de pressão superestimam as dimensões dos impactos e que, suas exigências de compensações e mitigações, caso sejam plenamente atendidas, terminariam por inviabilizar os empreendimentos.

Após a concessão das licenças pelo IBAMA, as pressões contra as Usinas redefiniram seus rumos e estratégias. Os segmentos ambientalistas contam com o apoio do movimento ambientalista internacional e apostam nas pressões que poderão advir da vizinha Bolívia, país que alega sofrer os efeitos mais adversos da construção.

As autoridades brasileiras dizem que estão dispostas a ouvir o vizinho.(...) Em sua capacidade máxima, a represa elevaria o nível de rios na parte boliviana, o que justificaria o acordo bilateral, mas o contrato e as regras de operação impedem essa possibilidade, acrescentou Valter Muchagata, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA).⁵⁴

52 Idem. P. 4. Disponível em http://www.enlacers.com.br/textos/bacia_madeira_acre_kenzo.doc

⁵³ Idem. P. 6. Disponível em http://www.enlacers.com.br/textos/bacia_madeira_acre_kenzo.doc

⁵⁴ Disponível em: <http://ambienteacreato.blogspot.com/2006/10/hidretricas-do-rio-madeira-bolivia-vai.html>



Hidrelétrica o Jirau no rio Madeira. Fonte: monitorfinanceiro.blogspot.com/2007_12_09_arc...

Nesse contexto emerge uma nova sociedade às margens do Madeira. A nova Porto Velho, inaugura o século XXI como o fez a um século atrás, sob as promessas do progresso e do desenvolvimento. A sustentabilidade é a tônica dos discursos das autoridades. Contudo, o que é sustentabilidade em uma economia capitalista preocupada, obsessivamente, em superar os limites crônicos do subdesenvolvimento, da exclusão social e econômica de sua população e dedicada à regra máxima do modelo capitalista: a acumulação contínua e ininterrupta do capital? Que destino se delinea para os ecossistemas do vale do alto rio Madeira nessa nova estrutura que se anuncia?

O Madeira ainda é a artéria viva pela qual corre o “sangue” que anima a história regional. Suas águas barrentas ainda correm mornas irrigando as terras que o margeiam e a imaginação dos ribeirinhos que dele vivem. Seu fluxo e refluxo anual continua alagando e fertilizando os solos que lhe são adjacentes.

Mas até quando?

Ao longo dos séculos, o rio Madeira correu indiferente a todas as ações humanas ocorridas em suas margens, aos atos de heroísmo, aos projetos de

desenvolvimento e colonização, aos desastros e crimes vivenciados e praticados pelas populações que habitaram essas paragens e que “navegaram” em suas águas. Suas águas fluíram livres, inundando e retrocedendo sobre as terras que o circundam. Indígenas, colonizadores, seringueiros e ferroviários, antigos e novos bandeirantes, impulsionados por aquilo que Fernando Pessoa⁵⁵ chamou de “*febre de navegar*” circularam por suas águas que agora serão represadas.

Ao fim, parafraseando Leandro Tocantins⁵⁶, somos levados a considerar, um século após o devassamento da Amazônia pelos seringueiros que, por essas paragens, ainda é o rio quem comanda a vida.

CONCLUSÃO

Um século e um ano se passaram desde o início das obras da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1907/1912). A cidade de Porto Velho se transformou na capital do estado de Rondônia e hoje se prepara para uma nova experiência no campo dos mega-investimentos do PAC. O rio Madeira vai receber, agora, os novos trabalhadores que irão construir as duas usinas hidrelétricas que transformarão, para sempre, as vidas das populações residentes em suas margens e todo o ecossistema local.

Desde os tempos coloniais, das navegações monçoeiras, passando pela construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e chegando finalmente, às Usinas do Madeira, este rio tem definido condições para a vida humana na região e se constituído no fio condutor das muitas histórias dos povos que por ele passaram e, em suas margens, construíram suas culturas e civilizações.

Novos tempos, antigas euforias, mas serão os mesmos resultados do passado? Pouco serviram as lições da História. Poucos dela tomaram conhecimento e menos ainda se dispuseram a aplicar esse conhecimento. Em um mundo que discute seus rumos futuros não mais a partir de ideologias de esquerda ou de direita, mas em função das grandes questões ambientais que irão

⁵⁵ Fernando Pessoa. Mar português III

⁵⁶ Leandro Tocantins. O rio comanda a vida. Rio de Janeiro, 1970.

desenhar os destinos do século XXI, a sociedade do Vale do Madeira, eufórica e agradecida por mais essa oportunidade de crescer e expandir, comemora, como nos antigos bailes do Clube Internacional, alheia ao coro das vozes, que como nos tempos da Ferrovia, anunciavam o desastre. Sem maiores preocupações que as do ganho imediato e da ocupação rentável, as populações do alto Madeira rompem o século XXI dispostas a vivenciar seu mais novo sonho de modernidade.

Referências:

Fontes documentais:

Roteiro dos nomes das aldeias existentes no rio Madeira. Arquivo Público do Amazonas. Coleção Pinheiro. Documento 63, 16/V/1853

Carta do Padre João Evangelista. Borba, 26/IX/1760. Arquivo Público do Pará. Ms I, 34.

Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a Diogo de Mendonça Côrte Real datada de 26/02/1753. In Correspondência dos Governadores com a Metrópole. Códice Manuscrito nº 695 (1752-1757), P. 3940. APP.

Carta de José Manoel Cardoso da Cunha ao Governador Luís de Albuquerque. 19/12/1775- Doc. nº I3 - AACI.

Carta de Luís Pinto de Souza Coutinho ao Secretário de Estado de Portugal. NF 216. Doc. 2486.

Manoel Esperidião da Costa Marques. NDIHR. Série Falas e relatórios dos presidentes da Província. NDIHR / UFMT. Cx. 1897.

COELHO, José Fellipe Nogueira. Minorias Cronológicas da Capitania de Mato Grosso. RIHGB. Tomo XIII 2ª ed. Rio de Janeiro, 1872.

CRUZ, Oswaldo. Relatório sanitário da bacia do Madeira. 1910.

FERREIRA, Aluízio. Memorial ao Exmo. Sr. General Rondon. Belém do Pará, 192
MELGAÇO, Barão de. Apontamentos cronológicos da província de Mato Grosso. Rio de Janeiro, RIHB, VOL.205.

SÁ, Joseph Barbosa de. Relação das povoaçoens do Matto Grosso e Cuyabá de seos princípios thé os presentes tempos. Cuiabá, UFMT, 1976.

SABER CIENTÍFICO, Porto Velho, 1 (2): 223 - 295, jul./dez.,2008

SOUZA, Francisco Coutinho de. Informações sobre o modo porque se efetua a navegação do Pará para Mato Grosso e o que se pode estabelecer para maior vantagem do comércio e do estado. In: RIHGB. Tomo II. Rio de Janeiro, 1840.

Bibliografia:

ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Brasília, EDUNB, 1982.

ACHA, José Aguirre. **De los Andes al Amazonas. Recuerdos de la campaña del Acre**. La Paz, S/E, 1980.

AGUIRRE ROJAS, C. A. **Os Annales e a historiografia francesa: tradições críticas de Marc Bloch a Michel Foucault**. Maringá: Eduem, 2000.

ALMEIDA, Josimar Paes de. **A extinção do arco-íris. Ecologia e história**. Campinas, PAPIRUS, 1988.

ALMEIDA, Raimundo Neves de. **Retalhos históricos e geográficos de Humaitá. Documentário histórico de Humaitá do passado**. Humaitá, S/E, 1981.

BALLIVIAN, Manuel V. E PINILLA, Gastó F. **Industria de la goma elastica. Monografia**. La Paz, S/E, 1912.

BERNARDINO DE SOUZA, Cônego Francisco. **Comissão do Madeira**, Rio de Janeiro, 1875.

BETTENDORFF, Padre João Felipe. **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Maranhão**. R.I.H.G.B. LXXII.

BORZAKOV, Yêda Pinheiro. **Porto Velho, Cem Anos de História. 1907 – 2007**. Porto Velho, IPARY, ALRO, IHGRO, 2007.

BRAUDEL, Fernand (2002): Geohistória. IN: **Entre passado e futuro**. Nº 1. São Paulo: Maio.

BURKE, P. **A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp. 1997.

Cardoso, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história. Ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro, Campus, 1997.

CASTELNAU, Francis. **Expedição às regiões centrais da América do Sul**. Belo Horizonte, Itatiaia, 2000.

- CRAIG, Neville B. **Estrada de ferro Madeira Mamoré. A história trágica de uma expedição.** São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1947.
- CRUZ, Oswaldo. **Considerações gerais sobre as condições sanitárias do rio Madeira.** Rio de Janeiro, Papelaria Americana, 1910.
- DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica.** São Paulo, Cia das Letras, 1997.
- DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo, Hucitec, 1996.
- DRUMMOND, José Augusto. **A História Ambiental e o choque das civilizações.** In Ambiente e sociedade, Ano III, n5, 2ª Semestre, 1999.
- DOSSE, F. **A história em migalhas: dos Annales à Nova História.** São Paulo, Ensaio. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.
- DUARTE, Regina Horta. **História e natureza.** São Paulo, Autêntica, 2005.
- FERREIRA, Jayme. **Arigós. A luta pelo social.** São Paulo, Tecci, 1999.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A ferrovia do diabo.** São Paulo, Melhoramentos, 2005.
- FILHO, General Lobato. **Avançai para o Jamari. (A comissão Rondon nas selvas do alto Madeira).** Rio de Janeiro, S/E, 1967.
- FILHO, Virgílio Corrêa. **História de Mato Grosso.** Rio de Janeiro, INL,1969.
- FONSECA, Dante Ribeiro da. **Estudos de História da Amazônia.** Porto Velho, Gráfica e Editora Maia, 2007.
- Fonseca, João Severiano da. **Viagem ao redor do Brasil.** 2 vols. Rio de Janeiro, Bibliex, 1986.
- FRAXE, Therezinha J. P. **Homens anfíbios. Etnografia de um campesinato das águas.** São Paulo, Anna Blume, 2000.
- FUNDAÇÃO ODEBRECHT e FURNAS. **EIA/RIMA das AHE's – rio Madeira.** Porto Velho, 2006.
- GOMES, J. P. de O., NASCIMENTO, E. L. do ALMEIDA, R. de, BASTOS, W. R., BERNARDI, J. V. E. & BARROS,P. R. H. B. de. **Distribuição espacial das**

concentrações de mercúrio em sólidos em suspensão no alto rio Madeira, Rondônia.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des) caminhos do meio ambiente.** São Paulo: Ed. Contexto, 1998.

HUGO, Vitor. **Os desbravadores.** (2vols). Humaitá, Missão Salesiana, 1959.

JUCÁ, Kenzo. Hidrelétricas Santo Antônio e Jirau e bacia hidrográfica do Madeira: risco e precaução ambiental no estado do Acre

LEONARDI, Vitor. **Entre árvores e esquecimentos. História social dos sertões do Brasil.** Brasília, EDUNB, 1996.

LEONARDI, Vitor. **Os historiadores e os rios natureza e ruínas na Amazônia brasileira.** Brasília, Paralelo 15, EDUNB, 1999.

LIMA, Abanel Machado de. **Terras de Rondônia.** Porto Velho, SEDUC, 1998.

LIMA, Araújo. Amazônia. **A terra e o homem.** 4ª edição, São Paulo, Editora Nacional, 1975.

MAIA, ÁLVARO. **Gente dos seringais.** Rio de Janeiro, S/E, 1956.

MARAJÓ, Barão de. **As regiões amazônicas. Estudos chorográficos dos estados do Gram Pará e Amazonas.** Belém, Secretaria de Estado da Cultura, 1992

MENDES, J. A. **A crise amazônica e a borracha.** Manaus, Valer, Governo do Estado do Amazonas, 2004.

OLIVEIRA, Ana Maria de. **Relação homem/natureza no modo de produção capitalista.** In *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales. Vol. VI, n. 119 (18), 1 de Agosto de 2002.

PÁDUA, J.A. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888.** RJ: Jorge Zahar Editora, 2002.

PINTO, Emanuel Pontes. **Hidrovia do Grão-Pará a Mato Grosso: projeto para a integração da fronteira colonial entre os rios Madeira, Mamore e Guaporé.** Porto Velho, ABG, 1998.

PONTING, Clive. **Uma história verde do mundo.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

PORRO, Antônio. **O povo das águas. Ensaios de etno-história amazônica.** Petrópolis, Vozes/EDUSP, 1995.

PRADO, Eduardo. **Fu vi o Amazonas.** Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa NACIONAL, 1952.

RAMOS, Mário e RAMOS, Julião. **Um caboclo amazônico.** Série Torquato Tapajós. Manaus, Governo do Estado do Amazonas, 1965.

REBÊLO, George; PEZZUTI, Juarez. **Percepções sobre o consumo de quelônios na Amazônia. Sustentabilidade e alternativas ao manejo atual** Reis, Arthur Cezar Ferreira. **Tempo e vida na Amazônia.** Manaus, Governo do Estado do Amazonas, 1965.

RIBEIRO, Beatriz; VERÍSSIMO, Adalberto e PEREIRA, Kátia. **O avanço do desmatamento sobre as áreas protegidas em Rondônia** RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Florestas anãs do Sertão – O Cerrado na História de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia. (1800-1920).** São Paulo T. A. Queiroz, 1980.

ROCHA, Daniela de Paula e BACHA, Carlos José Caetano. **A evolução do setor industrial madeireiro em Rondônia e a exploração dos recursos florestais.** SILVA, E. R. DA. & SCHRAMM, F. R. **A questão ecológica: entre a ciência e a ideologia de uma época.** Cad. Saúde Pública, 13(3): 255-382, RJ. 1997
SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (1997): História das paisagens. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion et VAINFAS, Ronaldo (orgs.) **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus.

SOFFIATI, A. **Destruição e proteção da Mata Atlântica no Rio de Janeiro: ensaio bibliográfico acerca da eco-história.** (texto eletrônico), s/d.

TAUNAY, Visconde de. **A cidade do ouro e das ruínas. Mato Grosso, antiga Vila Bela.** São Paulo. Melhoramentos S/D.

TAVARES, Felipe Botelho. **A posição estratégica do Complexo Hidrelétrica do Rio Madeira para o setor elétrico brasileiro** II Seminário internacional de reestruturação e regulação de energia elétrica e gás natural – GESEL – UFRJ.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. **Dos campos d'ouro à cidade das ruínas. Grandeza e decadência da colonização portuguesa no vale do Guaporé. Séculos XVIII e XIX.** Recife, Dissertação de Mestrado em História, UFPE, 1997.

SABER CIENTÍFICO, Porto Velho, 1 (2): 223 - 295, jul./dez.,2008

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues e FONSECA, Dante Ribeiro da. **História regional (Rondônia)**. Porto Velho, Rondoniana, 1998.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. Mortos Dormentes e febris. Um estudo sobre o medo, a doença e a morte nos vales do Madeira, Mamoré e Guaporé, séculos XVIII a XX. In: Diversos autores. **Porto Velho conta a sua história**. Porto Velho, ABG, 1998.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo, Cia das Letras, 2001.
TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida**. Rio de Janeiro, 1970.

TOCANTINS, Leandro. **Invenção da floresta**. Belém, CEJUP, 1991.

TURNER, Frederick. **O espírito ocidental contra a natureza. Mito, história e as terras selvagens**. Rio de Janeiro, Campus, 1990

Fontes virtuais:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_ambiental

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414753X2000000100005&script=sci_arttext&tlng=pt

<http://www.rimaeditora.com.br/JBSE/Vol1Num2/V2%20N14.pdf>

http://www2.fgv.br/ibre-cea/publicacoes/arg/art_eco_florestal_01.pdf

http://www.ufra.edu.br/pet_florestal/downloads/desfloestamento%20em%20UCS%20Rondonia.pdf

http://groups.google.com/group/GUARDAPARQUES/browse_thread/thread/b1a1af45b4282873

http://www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/seminariointernacional2007/artigos/pdf/felipebotelh otavares_aposicaoestrategicadoriomadeira.pdf

http://www.enlacers.com.br/textos/bacia_madeira_acre_kenzo.doc

<http://ambienteacreato.blogspot.com/2006/10/hidreltricas-do-rio-madeira-bolviavai.html>